

Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano

Este Relatório apresenta habitualmente dois tipos de informações estatísticas: as estatísticas dos quadros de indicadores do desenvolvimento humano, que fornecem uma avaliação global das realizações dos países em diferentes áreas do desenvolvimento humano, e as provas estatísticas, na análise temática dos capítulos. O Relatório deste ano integra muitos dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros de indicadores de desenvolvimento humano (ver *ver índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*). Os dados para estes indicadores fornecem uma referência estatística para avaliar o progresso em cada país, tendo em vista os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e as suas metas.

FONTES DE DADOS

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano é fundamentalmente um utilizador e não um produtor de estatísticas. Por conseguinte, depende das agências internacionais de dados, que têm os recursos e os conhecimentos para recolher e compilar dados internacionais sobre indicadores estatísticos específicos..

QUADROS DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Com o fim de permitir comparações entre países e no tempo, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utiliza, na medida do possível, dados comparáveis internacionalmente, produzidos por importantes agências internacionais de dados, ou outras instituições especializadas, para a preparação dos quadros de indicadores do desenvolvimento humano (para informação sobre as principais agências que fornecem dados utilizados no Relatório, ver caixa 1). Mas, existem ainda muitas lacunas nos dados, mesmo em algumas áreas muito básicas do desenvolvimento humano. Embora defenda o aper-

feiçoamento dos dados do desenvolvimento humano, como princípio e por razões práticas, o Gabinete não colige dados provenientes directamente dos países, nem faz estimativas para preencher as lacunas dos dados no Relatório.

A única excepção é o índice de desenvolvimento humano (IDH). O Gabinete esforça-se por incluir no IDH tantos países membros da ONU quantos possíveis. Para que um país seja incluído, é ideal que estejam disponíveis dados das principais agências internacionais para todas as quatro componentes do índice (ver Destaque estatístico 2, *Nota para o quadro 1: Sobre o índice de desenvolvimento humano desta ano*). B). Mas, para um número significativo de países faltam dados relativamente a uma, ou mais, destas componentes. Em resposta ao desejo dos países de serem incluídos no IDH, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano faz todos os esforços, nestes casos, para identificar outras estimativas razoáveis, trabalhando com agências internacionais de dados, Comissões Regionais das Nações Unidas, departamentos nacionais de estatística e os gabinetes nacionais do PNUD. Nalguns casos, o Gabinete tentou fazer estimativas, consultando os departamentos ou regionais nacionais de estatística, ou outros especialistas.

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

A Divisão de Estatística das Nações Unidas mantém a Base de Indicadores do Milénio (<http://www.millenniumindicators.un.org>), base mundial compilada a partir de séries de dados internacionais fornecidas pelas agências internacionais responsáveis. A base de dados constitui o suporte estatístico para o relatório anual apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas à Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o progresso mundial e regional, tendo em vista os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e as suas metas. Mas, também se alimenta de outros relatórios internacionais que fornecem dados para os indi-

Principais fontes de dados utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*

Com a partilha generosa de dados, as seguintes organizações tornaram possível ao *Relatório do Desenvolvimento Humano* publicar as importantes estatísticas de desenvolvimento humano que aparecem nos quadros de indicadores.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) Esta organização da ONU fornece dados sobre refugiados através da sua publicação *Statistical Yearbook*.

Banco Mundial O Banco Mundial produz e compila dados sobre tendências económicas, bem como um vasto conjunto de outros indicadores. O seu *World Development Indicators* é a fonte primária para vários indicadores no Relatório.

Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono (CDIAC) O CDIAC, um centro de dados e análise do Departamento de Energia dos Estados Unidos, concentra-se no efeito de estufa e na alteração do clima mundial. É a fonte de dados sobre emissões de dióxido de carbono.

Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) A CNUCED fornece estatísticas económicas e de comércio através de um conjunto de publicações, incluindo o *World Investment Report*. É a fonte original dos dados sobre fluxos de investimento que o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano recebe de outras agências.

Divisão da População das Nações Unidas (UNPOP) Este gabinete especializado das Nações Unidas produz dados internacionais sobre tendências da população. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseia-se em *World Population Prospects* e *World Urbanization Prospects*, duas das principais publicações da UNPOP, e nas suas outras publicações e bases de dados, para as estimativas e projecções demográficas.

Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD) A UNSD fornece um amplo conjunto de produtos e serviços estatísticos. Muitos dos dados de contas nacionais fornecidos ao Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano por outras agências tem origem na UNSD. O Relatório deste ano também apresenta dados sobre comércio e energia e apoia-se na Base de Indicadores do Milénio, mantido pela UNSD, como a fonte de dados para os quadros de indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Estudo do Rendimento do Luxemburgo (LIS) Um projecto cooperativo de investigação com 25 países membros, o LIS concentra-se nos temas da pobreza e da política. É a fonte das estimativas de privação de rendimento para muitos países da OCDE.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) A UNICEF acompanha o bem-estar das crianças e fornece uma ampla série de dados. O seu *State of the World's Children* é uma fonte importante de dados para o Relatório.

Fundo Monetário Internacional (FMI) O FMI possui um extenso programa de desenvolvimento e compilação de estatísticas sobre transacções financeiras internacionais e balança de pagamentos. Grande parte dos dados financeiros fornecidos ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano por outras agências é proveniente do FMI.

Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) Esta organização da ONU realiza investigações comparativas internacionais para apoiar o combate contra as drogas ilícitas e o crime internacional. Fornece dados sobre vítimas da criminalidade provenientes dos Inquéritos sobre Vítimas da Criminalidade Internacional.

Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) Um centro independente de investigação, informação e debate sobre problemas de conflitos, o IISS man-

tém uma extensa base de dados militar. Os dados sobre as forças armadas são da sua publicação *The Military Balance*.

Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz do Luxemburgo (SPIRI) O SPIRI desenvolve investigação sobre a paz e a segurança internacionais. O SPIRI *Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security* é a fonte de dados publicada sobre despesa militar e transferência de armas.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Instituto de Estatística desta agência especializada da ONU é a fonte de dados sobre assuntos relacionados com a educação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano apoia-se em dados das publicações estatísticas da UNESCO, bem como em dados recebidos directamente do seu Instituto de Estatísticas.

Organização Internacional do trabalho (OIT) A OIT mantém um extenso programa de publicações estatísticas, sendo o *Yearbook of Labour Statistics* e o *Key Indicators of the Labour Market* as suas colecções mais compreensivas de dados sobre o mercado do trabalho. A OIT é a fonte de dados sobre salários, emprego e ocupações e de informação sobre o estatuto de ratificação das convenções dos direitos do trabalho.

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) Como agência especializada da ONU, a WIPO promove a protecção dos direitos de propriedade intelectual em todo o mundo, através de diferentes formas de trabalho cooperativo. É a fonte de dados relacionados com as patentes.

Organização Mundial da Saúde (OMS) Esta agência especializada mantém um largo número de séries estatísticas sobre temas de saúde, a fonte para os indicadores relacionados com a saúde, neste Relatório.

Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) A FAO reúne, analisa e difunde informação e dados sobre a alimentação e a agricultura. É a fonte de dados sobre indicadores de insegurança alimentar.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) A OCDE publica dados sobre uma variedade de tendências sociais e económicas nos seus países membros e sobre fluxos de ajuda. O Relatório deste ano apresenta dados da OCDE sobre ajuda, energia, emprego e educação.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA) Este programa conjunto da ONU monitoriza a propagação do HIV/SIDA e fornece actualizações regulares. O *Report on the Global HIV/AIDS Epidemic*, uma publicação conjunta da UNUSIDA e da Organização Mundial da Saúde, é a fonte primária de dados sobre HIV/SIDA.

Tratados Multilaterais das Nações Unidas Depositadas junto do Secretário-Geral (Secção de Tratados das Nações Unidas) O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano colige informação sobre o estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos e tratados ambientais, apoiado na base de dados que este gabinete da ONU mantém.

União Internacional das Telecomunicações (UIT) Esta agência especializada da ONU mantém uma extensa colecção de estatísticas sobre informação e comunicações. Os dados sobre tendências nas telecomunicações provêm da sua base de dados *World Telecommunications Indicators*.

União Inter-Parlamentar (UIP) Esta organização fornece dados sobre tendências na participação política e estruturas da democracia. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseia-se na UIP para os dados relativos a eleições e para a informação sobre a representação política das mulheres.

cadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio dos vários países, tais como este Relatório e o World Development Indicators, publicação anual do Banco Mundial.

No momento em que este Relatório estava a ser preparado, a Divisão de Estatística das Nações Unidas estava a actualizar a Base de Indicadores do Milénio e o Banco Mundial completava o *World Development Indicators 2004* para publicação. Com a partilha generosa dos dados, o Banco Mundial e outras agências internacionais — como o Instituto de Estatística (UIS) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) — permitiram que o Relatório incluisse não apenas os dados existentes na Base de Indicadores do Milénio, mas também estimativas mais recentes para alguns dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, estimativas que estavam para ser incorporadas mais tarde na base de dados.

DADOS PARA A ANÁLISE TEMÁTICA

As provas estatísticas utilizadas na análise temática do Relatório são, frequentemente, extraídas dos quadros de indicadores. Mas, também se utiliza um conjunto amplo de outras fontes, incluindo documentos comissionados, documentos governamentais, relatórios nacionais de desenvolvimento humano, relatórios de organizações não governamentais, artigos de revista e outras publicações académicas. As estatísticas oficiais são, normalmente, prioritárias. Mas, devido à natureza muito avançada dos assuntos discutidos, podem não existir estatísticas oficiais relevantes, pelo que devem ser utilizadas fontes não oficiais de informação. No entanto, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano está empenhado em confiar nos dados compilados através de investigação académica e científica e em assegurar a imparcialidade das fontes de informação e da sua utilização na análise.

Sempre que nas caixas ou quadros do texto seja utilizada informação de outras fontes, que não a dos quadros de indicadores do Relatório, é indicada a fonte e é feita uma citação completa na bibliografia. Além disso, uma nota resumida para cada capítulo descreve as principais fontes para o capítulo e as notas finais especificam as fontes da informação estatística que não é extraída dos quadros de indicadores.

A NECESSIDADE DE MELHORES ESTATÍSTICAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Embora os quadros de indicadores do Relatório deste ano apresentem os melhores dados actualmente disponíveis para a medição do desenvolvimento humano, subsistem muitas lacunas e problemas.

LACUNAS NOS DADOS

As lacunas existentes nos quadros de indicadores demonstram a necessidade premente de melhorias na acessibilidade de estatísticas de desenvolvimento humano relevantes, fidedignas e atempadas. Um exemplo perfeito das lacunas nos dados é o grande número de países excluído do IDH. A intenção é incluir todos os países membros das Nações Unidas, bem como Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Porém, devido à falta de dados fidedignos, 16 países membros das Nações Unidas estão excluídos do IDH e, portanto, dos principais quadros de indicadores (os indicadores fundamentais que estão disponíveis para estes países são apresentados no quadro 33). De igual modo, o índice de pobreza humana cobre apenas 95 países em desenvolvimento e 17 países OCDE de rendimento elevado, o índice de desenvolvimento ajustado ao género, 144 países, e a medida de participação segundo o género mede 78 países. Para um número significativo de países, os dados para as componentes destes índices não são fiáveis e estão desactualizados e, nalguns casos, têm de ser estimados (para a definição e metodologia dos índices, ver *nota técnica 1*).

DISCREPÂNCIAS ENTRE ESTIMATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Quando compilam as séries de dados internacionais, as agências internacionais de dados têm de aplicar, com frequência, padrões adoptados internacionalmente e procedimentos de harmonização para melhorar a comparabilidade entre países. Se os dados internacionais se baseiam em estatísticas nacionais, como geralmente acontece, pode ser necessário o ajustamento dos dados nacionais. Quando faltam dados sobre um país, uma agência internacional pode produzir uma estimativa, se puder ser utilizada outra informação relevante. E, devido às dificuldades de coordenação entre agências nacionais e internacionais, as séries de dados internacionais podem não incorporar os dados nacionais mais

recentes. Todos estes factores podem conduzir a discrepâncias significativas entre as estimativas nacionais e internacionais.

Este Relatório tem evidenciado, com frequência, estas discrepâncias. Embora o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano advogue a melhoria dos dados internacionais, reconhece também que pode ter um papel activo em tais esforços. Sempre que têm surgido discrepâncias nos dados, o Gabinete tem ajudado a articular as autoridades nacionais e internacionais sobre dados para tratarem dessas discrepâncias. Em muitos casos, isso conduziu a melhores estatísticas no Relatório. O Gabinete está empenhado na melhoria contínua da consistência dos dados, através de esforços mais sistemáticos.

PARA UMA CAPACIDADE ESTATÍSTICA MAIS FORTE

Uma parte essencial da solução para as enormes lacunas e deficiências na informação estatística é a construção de uma capacidade estatística sustentável nos países, um esforço que requer empenho financeiro e político, tanto ao nível nacional, como

internacional. O impulso gerado pelo processo dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio mobilizou toda a comunidade estatística internacional e estão em curso muitas iniciativas, incluindo o Plano de Acção de Marraquexe para Estatísticas (caixa 2) e a Rede de Medida da Saúde (caixa 3).

As agências internacionais de estatística deveriam continuar a ter uma parte activa no desenvolvimento estatístico, através da melhoria, promoção e execução de padrões, métodos e estruturas acordados internacionalmente para as actividades estatísticas. O Relatório deste ano realça a necessidade de rupturas conceptuais e metodológicas no desenvolvimento de indicadores da cultura (caixa 4 e caixa 2.3 do capítulo 2). Também apela para um maior esforço na melhoria de outras estatísticas básicas de desenvolvimento humano. Reconhecendo a fraqueza das actuais estatísticas sobre literacia, o Instituto de Estatística da UNESCO está a desenvolver novos instrumentos e medida (caixa 5). E a Ronda do Milénio do Programa de Comparações Internacionais promete fornecer uma base mais segura para a avaliação de padrões de vida entre países (caixa 6).

CAIXA 2

O Plano de Acção de Marraquexe para as Estatísticas

A ênfase em metas quantitativas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a atenção crescente com a medida dos resultados aumentaram a procura de estatísticas. Mas também aumentaram a nossa consciência da pobreza dos sistemas estatísticos na maior parte dos países em desenvolvimento. Boas estatísticas não são uma questão técnica. Como afirmou Trevor Manuel, “se não o podes medir, não o podes gerir”. Dados e estatísticas são necessários aos governos, políticos e gestores. E são muito importantes para os cidadãos poderem obrigar os governos a serem responsáveis pelas suas acções e resultados. A melhoria dos sistemas de estatística é uma questão de desenvolvimento, que requer uma acção concertada de toda a comunidade mundial e não apenas dos profissionais de estatística.

Na Segunda Mesa-Redonda Internacional sobre Gestão para os Resultados do Desenvolvimento, representantes dos bancos de desenvolvimento multilaterais, a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e programas e agências da ONU propuseram um plano de acção para a melhoria das estatísticas de desenvolvimento. O plano tem três objectivos:

1. Reforçar a capacidade nacional para produzir, analisar e utilizar estatísticas fidedignas.
2. Melhorar a qualidade e disponibilidade de estatísticas de desenvolvimento para a monitorização mundial.
3. Apoiar os países que estão a expandir a sua capacidade estatística.

Fonte: World Bank 2004e.

Seis grandes grupos de acções

O Plano de Acção de Marraquexe para as Estatísticas (PAME) baseia-se nas iniciativas existentes e na experiência dos países para apresentar seis grandes grupos de acções necessárias para melhorar as estatísticas, tanto ao nível nacional como internacional.

1. *Planear estrategicamente as tendências principais dos sistemas estatísticos e ajudar todos os países de rendimento baixo a preparar as suas estratégias de desenvolvimento estatístico nacional até 2006.* As necessidades estatísticas devem ser derivadas das estratégias de desenvolvimento mais amplas, tais como os Quadros Estratégicos de Luta contra a Pobreza, e não tratadas como um tema separado.
2. *Reforçar os preparativos para os censos de 2010.* Os censos são uma fonte fundamental das estatísticas de desenvolvimento e sustentam a capacidade de monitorizar os progressos em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Temos de começar agora se quisermos disponibilizar informação adequada para a avaliação dos progressos em 2015.
3. *Aumentar o apoio financeiro para a construção da capacidade estatística.* Em muitos casos, os países terão de aumentar o seu próprio financiamento das estatísticas, mas também terão necessidade de ajuda externa. No espírito da Conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento, os países que adoptarem boas políticas para os seus sis-

temas de estatística deverão receber os apoios financeiros necessários para o seu financiamento.

4. *Construir uma rede internacional de inquéritos às famílias.* Os inquéritos tornaram-se cada vez mais importantes para medir os resultados sociais, mas precisam de melhor coordenação.
5. *Planear melhorias urgentes necessárias para a monitorização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em 2005.* O mundo espera, para o próximo ano, um relatório completo e imparcial dos progressos.
6. *Aumentar a responsabilidade do sistema estatístico internacional.* As agências internacionais devem melhorar mais as suas próprias práticas.

Custos

Os custos adicionais destas actividades são de cerca de 120 milhões de dólares EUA por ano para melhorar os sistemas estatísticos nacionais e de cerca de 25 milhões de dólares por ano para melhorar os sistemas internacionais. Mas estes não custos são completos. Excluem, por exemplo, os custos dos censos de 2010. E não incluem os custos de melhoramentos noutras fontes estatísticas, tais como a preparação de inquéritos ou de relatórios administrativos. Estas são as primeiras estimativas, que serão aperfeiçoadas à medida que as propostas são desenvolvidas e ajustadas. De notar ainda que estes custos são para o financiamento proveniente de todas as fontes possíveis, tanto nacional, como de doadores.

METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES

O Relatório deste ano apresenta dados para a maior parte dos indicadores fundamentais, com um desfasamento de apenas dois anos entre o ano de referência dos indicadores e o de lançamento do Relatório. Os principais quadros de indicadores de desenvolvimento humano incluem 175 países membros da ONU, juntamente com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina — todos aqueles para os quais o IDH pode ser calculado. Devido à falta de dados comparáveis, 16 países membros da ONU não podem ser incluídos no IDH ou, então, nos principais quadros de indicadores. Para esses países, são apresentados indicadores básicos de desenvolvimento humano num quadro separado (quadro 33).

CLASSIFICAÇÕES DOS PAÍSES

Os países são classificados de quatro formas: segundo o nível de desenvolvimento humano, o rendimento, os principais agregados mundiais e as regiões (ver *Classificação dos países*). Estas designações não exprimem, necessariamente, nenhum julgamento sobre o estágio de desenvolvimento de um país ou região particular. O termo país, como é utilizado no texto e nos quadros, refere-se, quando apropriado, a territórios ou áreas.

Classificações de desenvolvimento humano. Todos os países incluídos no IDH são classificados em três grupos, segundo a realização em desenvolvimento humano: desenvolvimento humano elevado (com um IDH igual ou superior a 0,800), desenvolvimento humano médio (0,500-0,799) e desenvolvimento humano baixo (menos de 0,500).

Classificações de rendimento. Todos os países são agrupados pelo rendimento, utilizando a classificação do Banco Mundial: rendimento elevado (rendimento nacional bruto per capita igual ou superior a 9.076 dólares, em 2002), rendimento médio (736-9.075 dólares) e rendimento baixo (735 dólares ou menos).

Principais classificações do mundo. Os três grupos mundiais são os *países em desenvolvimento*, *Europa Central e do Leste* e a *CEI e OCDE*. Estes grupos não são mutuamente exclusivos. A classificação *mundo* representa o universo dos 193 países e áreas cobertos, a não ser quando indicado de outro modo — 191 países membros da ONU, juntamente com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina.

CAIXA 3

Rede de Medida da Saúde: Uma parceria mundial emergente para informação sobre saúde

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estimularam a nossa consciência da importância dos dados. Também realçaram a fraqueza dos sistemas de informação existentes em muitos países. Em nenhum lado isto é tão evidente como na saúde. É essencial uma informação segura para a realização dos objectivos relacionados com a saúde, mas ela raramente está disponível. Por todo o lado, a procura descoordenada de informação é muito grande, os dados inúteis são excessivos e os factos consistentes são escassos.

A Rede de Medida da Saúde, uma parceria mundial emergente e largamente financiada pela Fundação Bill e Melinda Gates, procura remediar esta situação. Convocará os constituintes da saúde e da estatística aos níveis mundial, regional e de países, incluindo agências internacionais, doadores bilaterais e multilaterais, fundações e especialistas técnicos, para apresentar a proposta de que é necessária a construção de sistemas de informação mais sólidos para enfrentar os desafios da saúde do século XXI.

O seu objectivo é utilizar a procura crescente de boa informação pelos países e parceiros

Fonte: WHO 2004f.

do desenvolvimento para acelerar a construção de sistemas de informação sobre saúde ao nível nacional, que satisfaçam as necessidades mundiais, nacionais e subnacionais. Os próprios países conduzirão este esforço, construindo o consenso dos participantes em torno de planos para reforçar ou reformar os sistemas de informação sobre saúde. A execução dos planos ajudará os países a responder ao desafio de monitorizar o progresso em direcção às metas e objectivos nacionais e internacionais, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A Rede de Medida da Saúde será constituída por um conselho, um pequeno secretariado, inicialmente instalado junto da Organização Mundial da Saúde, e grupos de trabalho técnicos, que darão o impulso para enfrentar os desafios fundamentais da medida da saúde. Os membros do conselho incluirão representantes dos países em desenvolvimento, agências bilaterais e multilaterais, fundações e especialistas técnicos. O lançamento da rede está planeado para a primeira metade de 2004, a seguir à primeira reunião do conselho.

CAIXA 4

O Programa de Estatísticas da Cultura do Instituto de Estatística da UNESCO

Antes de 2001, o Programa de Estatísticas da Cultura do Instituto de Estatística (UIS) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) coligia dados com base em instrumentos de inquérito em seis áreas: produção de livros, filmes e cinemas, bibliotecas, museus, meios de impressão e radiodifusão. Em 2002, a UIS começou uma reavaliação do seu Programa de Estatísticas da Cultura e suspendeu a compilação de dados durante a revisão. Actualmente, a UIS está a desenvolver um novo programa de trabalho para melhor enfrentar as necessidades de política dos estados membros.

A revisão começou com um simpósio internacional de três dias em Montreal, em Outubro de 2002, patrocinado conjuntamente com o Observatório da Cultura e das Comunicações do Quebec, para solicitar opiniões dos investigadores de todo o mundo sobre os dados que a UIS deve compilar na área da cultura. As sugestões incluíram a introdução da participação cultural,

Fonte: UNESCO Institute for Statistics 2004d.

emprego cultural e do financiamento da cultura. Essas sugestões, na mesma orientação dos trabalhos recentes do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura, da União Europeia, estão a ser investigadas em termos de exequibilidade e relevância para outras regiões do mundo.

Também está a ser considerada a actualização dos dados sobre fluxos de comércio dos bens culturais, nos anos mais recentes, para apoio à Convenção sobre a Protecção dos Bens Culturais e Expressão Artística, actualmente em preparação na UNESCO. Adicionalmente, a UIS está a participar no projecto transversal da UNESCO “Iniciativa B@bel”, patrocinando um relatório sobre o estatuto do multilinguismo na Internet. Finalmente, o novo programa de trabalho sobre estatísticas da cultura deverá envolver a reutilização de um ou mais dos inquéritos da UIS suspensos, provavelmente a radiodifusão ou meios de impressão, aqueles em relação aos quais a procura externa de dados é muito maior.

Classificações regionais. Os países em desenvolvimento são, depois, classificados nas seguintes regiões: Países Árabes, Ásia Oriental e Pacífico,

Medir a alfabetização

A alfabetização é a base para o progresso social, económico e ambiental dos países em desenvolvimento. Até agora, pouca atenção tem sido dada à medida da alfabetização, ou os factores subjacentes que contribuem para o desenvolvimento das qualificações de leitura, escrita e numeracia nos países em desenvolvimento, ou para a obtenção da informação necessária para monitorizar a mudança, ou para formular as intervenções necessárias.

Alguns países em desenvolvimento, embora uma minoria, têm tentado seguir as directrizes internacionais para determinar o tamanho da sua população analfabeta, utilizando um recenseamento, ou uma questão de inquérito, em que se pergunta se uma pessoa é analfabeta. Esta metodologia, referida como uma autodeclaração, tem grandes limitações. Primeiro, divide a população em dois grupos – os que estão alfabetizados e os que não estão – e quantos são em cada grupo – uma enorme sobresimplificação. Segundo, ela subestima o número de pessoas analfabetas, porque os respondentes são relutantes em admitir o seu analfabetismo. Estas taxas são amplamente utilizadas para indicar o número de pessoas analfabetas em

países e regiões, mas elas não fornecem nenhuma compreensão dos níveis de analfabetismo dessas populações, dos aspectos do desenvolvimento da leitura e da escrita que requerem melhorias, ou dos impactes relativos da educação não formal e dos programas de alfabetização. Em vez disso, são necessárias medidas de cada nível de qualificação individual na leitura, escrita e numeracia, e meios de medir os progressos. O Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) está a desenvolver uma metodologia de inquérito por amostragem para fazer isso através do Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização (ver <http://www.uis.unesco.org/>).

Chegou o tempo de substituir as taxas de analfabetismo simples por perfis de alfabetização das populações, para mostrar a ampla gama de qualificações e para monitorizar as modificações desses perfis em todos os níveis de alfabetização. A comunidade internacional pode ajudar colocando as questões correctas, formulando objectivos internacionais associados e apoiando os esforços nacionais para obter informações mais pormenorizadas sobre a alfabetização.

Fonte: UNESCO Institute for Statistics 2004e.

América Latina e Caraíbas (incluindo o México), Ásia do Sul, Europa do Sul e África Subsariana. Estas classificações regionais são consistentes com as Agências Regionais do PNUD. Uma classificação adicional é a dos *países menos desenvolvidos*, tal como definido pelas Nações Unidas (CNUCED 2001).

AGREGADOS E TAXAS DE CRESCIMENTO

Agregados. Os agregados para as classificações descritas acima são apresentados no fim da maior parte dos quadros, quando tem significado analítico fazê-lo e quando os dados são suficientes. Os agregados que representam o total da classificação (como a população) são indicados com um T. Devido aos arredondamentos, os totais mundiais nem sempre são iguais à soma dos totais dos subgrupos. Todos os outros agregados são médias ponderadas.

Em geral, um agregado só é apresentado numa classificação quando os dados estão disponíveis para metade dos países e representa pelo menos dois terços do peso disponível nessa classificação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não preenche os dados que faltam para efeitos de agregação. Portanto, os agregados para cada classificação apenas representam os países para os quais existem

dados disponíveis, referem-se ao ano ou período indicado e respeitam apenas aos dados das fontes primárias referenciadas, a não ser quando indicado de outro modo. Os agregados não são apresentados quando não existem processos adequados de ponderação.

Os agregados para os índices, taxas de crescimento e indicadores que cobrem mais do que um ponto no tempo são baseados apenas nos países para os quais existem dados para todos os pontos necessários. Para a classificação mundial, que apenas se refere ao universo dos 193 países e áreas (a não ser quando indicado de outro modo), os agregados nem sempre são apresentados quando não existe nenhum agregado para uma ou mais regiões.

Os agregados neste Relatório não se ajustam sempre aos de outras publicações, devido às diferenças na classificação dos países e na metodologia. Quando indicado, os agregados são calculados pela agência de estatísticas que fornece o próprio indicador.

Taxas de crescimento. As taxas de crescimento para vários anos são expressas como taxas anuais médias de variação. Nos cálculos das taxas pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano são utilizados apenas os pontos inicial e final. As taxas de crescimento de ano para ano são expressas como variações percentuais anuais.

APRESENTAÇÃO

Nos quadros de indicadores do desenvolvimento humano, os países e áreas estão ordenados por ordem decrescente dos seus valores IDH. Para localizar um país nos quadros, recorre-se à *chave dos países* na aba da contracapa, que lista os países alfabeticamente e com a sua posição no IDH.

As fontes de todos os dados utilizados nos quadros de indicadores são apresentadas em pequenas citações no fim de cada quadro. Estas concordam com as referências completas que se encontram nas *referências estatísticas*. Quando uma agência fornece dados que compilou a partir de outra fonte, ambas as fontes são creditadas nas notas dos quadros. Mas quando uma agência se baseou no trabalho de muitos outros contribuintes, apenas a fonte final é apresentada. As notas sobre as fontes também mostram as componentes de dados originais utilizadas em todos os cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, para assegurar que todos os cálculos podem ser facilmente reproduzidos.

O Programa de Comparações Internacionais

O Programa de Comparações Internacionais é uma iniciativa estatística mundial que começou no início dos anos de 1970. O seu objectivo é facilitar as comparações de agregados económicos entre países, através da produção de níveis de preços internacionalmente comparáveis, valores de despesas e estimativas de paridades de poder de compra (PPC). Através de taxas de câmbio de paridades de poder de compra, que são o número de unidades da moeda de um país necessário para comprar a mesma quantidade de bens e serviços que um dólar EUA compra nos Estados Unidos, os países podem ser comparados em termos reais, livre das distorções de preços e de taxas de câmbio. Isto é particularmente importante quando se estudam diferenças de rendimento, pobreza, desigualdade e padrões de despesa entre países.

Ao longo dos últimos 30 anos, o Programa de Comparações Internacionais cresceu de um estudo piloto para um projecto mundial. O programa tornou-se uma parte integral do trabalho estatístico nacional nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e progrediu-se bastante em muitos países em desenvolvimento. Durante a última ronda de comparações interna-

cionais, em 1993 e 1995, participaram no programa 118 países de todas as regiões do mundo. Contudo, o conjunto actual de dados PPC continua a ser deficiente na cobertura universal, oportunidade e qualidade entre países e regiões. Lacunas na cobertura de países pelos inquéritos de referência foram preenchidas com estimativas econométricas, que foram, depois, extrapoladas temporalmente. Estes resultados estão a ficar cada vez mais fracos, à medida que cresce a distância entre o ano do inquérito de referência e o ano corrente.

A importância das paridades de poder de compra na análise económica sublinha a necessidade de melhoramentos nos dados PPC. Um novo quadro estratégico do Programa de Comparações Internacionais foi desenvolvido através de um processo de consulta mundial para melhorar a metodologia e a execução do exercício, bem como a qualidade dos seus resultados. O quadro estabelece acções de correcção para as agências internacionais e regionais, bem como para os parceiros nacionais. O objectivo imediato é organizar a recolha de estatísticas económicas para a nova Ronda do Milénio (2003-06), para responder à procura urgente de dados confiáveis e oportunos

necessários para ajudar a avaliar o progresso nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os objectivos últimos são o reforço da capacidade nacional estatística nos preços e contas nacionais e a transformação do programa numa parte integral dos sistemas estatísticos nacionais, para trazer as paridades de poder de compra do domínio secundário para o domínio principal do programa e para promover a utilização dos dados do Programa de Comparações Internacionais na análise económica, aos níveis nacional, regional e internacional. Mais de 160 países (incluindo membros da OCDE) pretendem participar na nova ronda.

Estão em marcha investigações promissoras, para integrar PPC específicas da pobreza no domínio principal dos trabalhos do Programa de Comparações Internacionais. Os resultados de dois estudos pilotos conduzidos na Ásia e na África mostram que PPC específicas da pobreza podem ser geradas com dados de inquéritos às despesas das famílias e fontes do Programa de Comparações Internacionais. As conclusões destes estudos fornecem uma abordagem promissora, que poderá ser utilizada na análise da pobreza dentro e entre países.

Fonte: World Bank 2004d.

Os indicadores para os quais podem ser dadas definições pequenas e significativas estão incluídos nas *definições de termos estatísticos*. Todas as outras informações relevantes aparecem nas notas do fim de cada quadro.

Na ausência das expressões *anual*, *taxa anual* e *taxa de crescimento*, um hífen entre dois anos, tal como em 1995-2000, indica que o dado foi recolhido durante um dos anos referidos. Uma barra entre dois anos, tal como em 1998/2001, assinala uma média para os anos indicados. Utilizaram-se os seguintes símbolos:

- .. Dados não disponíveis.
- (.) Menos de metade da unidade indicada.
- < Menor que.
- Não aplicável.
- T Total.

Os dados para a China não incluem Hong Kong, China (RAE), Macau, China (RAE) ou Taiwan (província da China), a não ser quando indicado de outro modo. Na maior parte dos casos, os dados da Eritreia anteriores a 1992 estão incluídos nos dados da Etiópia. Os dados da Indonésia incluem Timor-Leste até 1999. Os dados para a Jordânia referem-se apenas à Cisjordânia. Os dados para o Sudão são frequentemente baseados em informação recolhida na parte norte do país. Os dados económicos para a

Tanzânia cobrem apenas o continente. E os dados para a República do Iémen referem-se a este país a partir de 1990, enquanto os dos anos anteriores são dados agregados da antiga República Democrática Popular do Iémen e da antiga República Árabe do Iémen.

Como resultado das revisões periódicas dos dados pelas agências internacionais, as estatísticas apresentadas nas diferentes edições do Relatório podem não ser comparáveis. Por isso, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano desaconselha fortemente a construção de análises de tendência baseadas nos dados de diferentes edições.

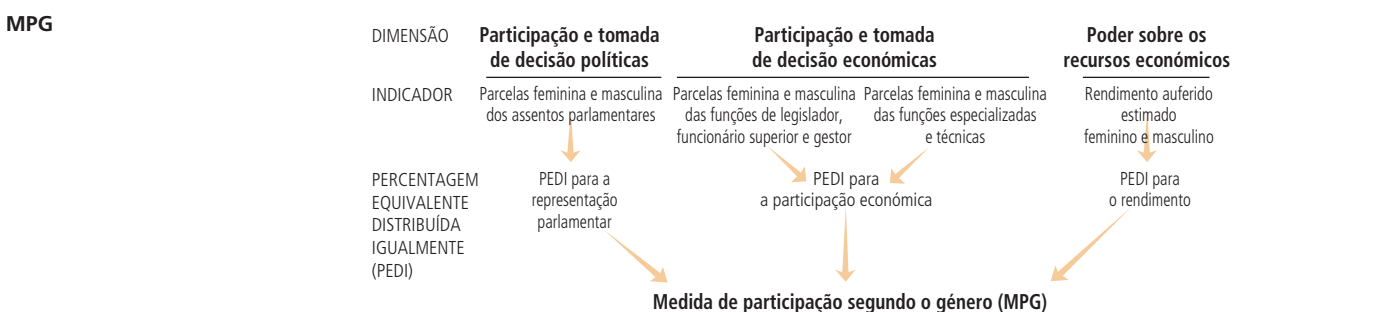
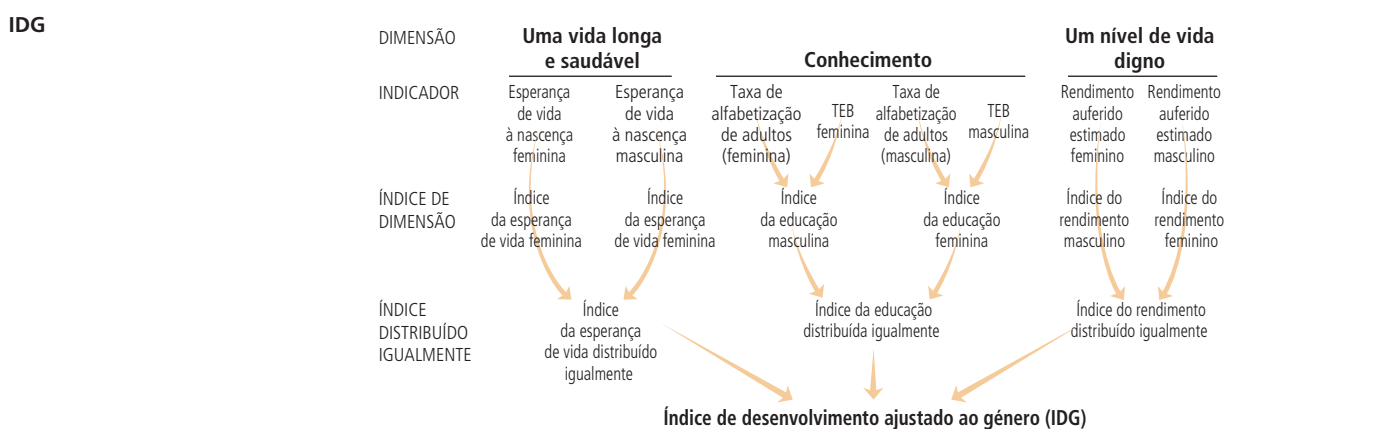
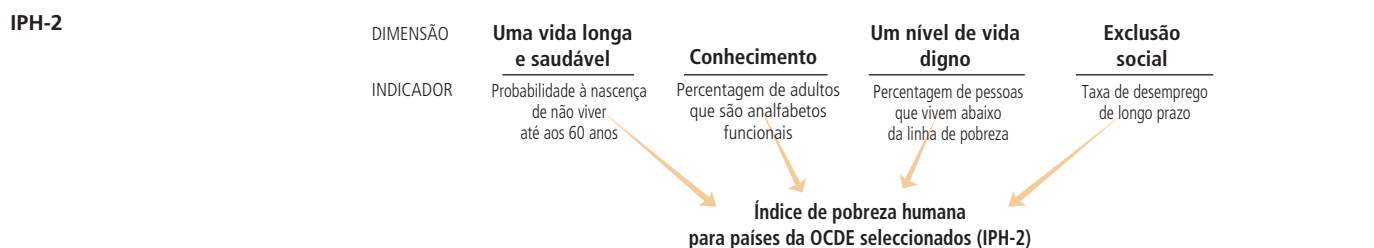
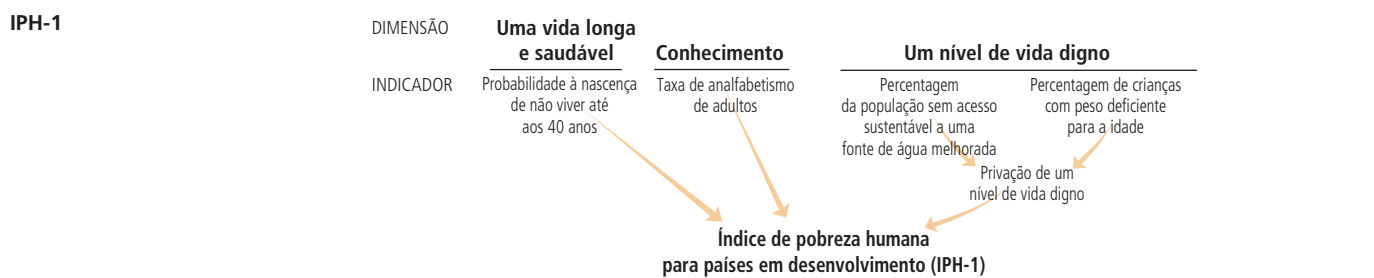
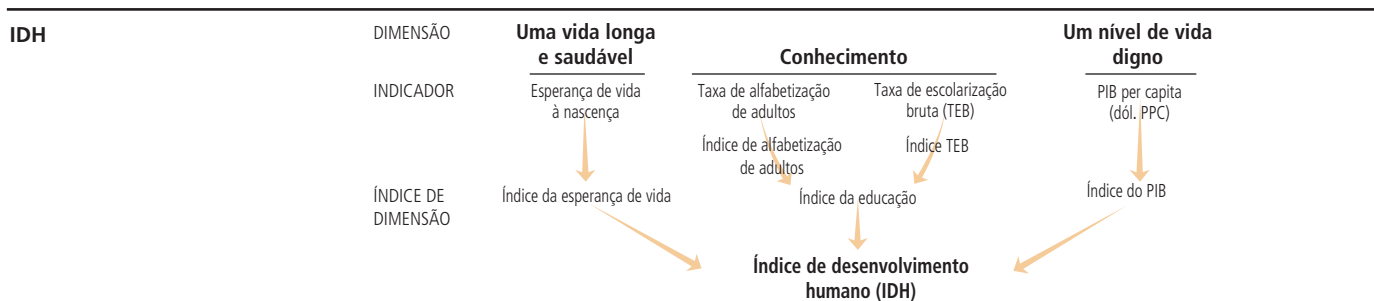
Do mesmo modo, os valores e posições do IDH não são comparáveis entre edições do Relatório. Para análises de tendência baseadas em dados e metodologia consistentes, indica-se o quadro de indicadores 2 (Tendências do índice de desenvolvimento humano). Os valores e posições do IDH recalculados para 2001 (o ano de referência para o IDH no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*), com base em dados e cobertura de países comparáveis ao Relatório deste ano, estão disponíveis na página *Web* do Gabinete [<http://hdr.undp.org/>].

Os dados apresentados nos quadros de indicadores do desenvolvimento humano são os que se encontram disponíveis para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano em 1 de Abril de 2004.

CÁLCULO DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os diagramas seguintes oferecem uma visão clara do modo como são construídos os cinco índices desenvolvimento humano utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*, realçando as suas semelhanças e diferenças.

O texto das páginas seguintes fornece uma explicação pormenorizada.

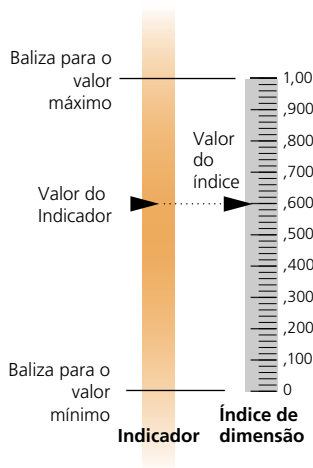


O índice de desenvolvimento humano (IDH)

O IDH é uma medida resumo do desenvolvimento humano. Mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço).
- Um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares PPC).

Antes de calcular o próprio IDH, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo destes indicadores de dimensão — índices de esperança de vida, educação e PIB — são escolhidos valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário.



O desempenho em cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O IDH é, então, calculado como uma média simples dos índices de dimensão. A caixa à direita ilustra o cálculo do IDH para um país amostra

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (dólares PPC)	40.000	100

Cálculo do IDH

Esta ilustração do cálculo do IDH utiliza dados para a Costa Rica.

1. Cálculo do índice da esperança de vida

O índice da esperança de vida mede a realização relativa de um país na esperança de vida à nascença. Para a Costa Rica, com um valor observado de 78,0 anos em 2002, o índice da esperança de vida é 0,884.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{78,0 - 25}{85 - 25} = 0,884$$

2. Cálculo do índice da educação

O índice da educação mede a realização relativa de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Depois, estes dois índices são combinados para criar o índice da educação, atribuindo uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada. Para a Costa Rica, com uma taxa de alfabetização de adultos de 95,8% em 2002 e uma taxa de escolarização bruta combinada de 69% no ano escolar de 2001-02, o índice da educação é 0,870.

$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{95,8 - 0}{100 - 0} = 0,958$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{69 - 0}{100 - 0} = 0,690$$

$$\begin{aligned} \text{Índice da educação} &= 2/3 (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{índice de escolarização bruta}) \\ &= 2/3 (0,958) + 1/3 (0,690) = 0,870 \end{aligned}$$

3. Cálculo do Índice do PIB

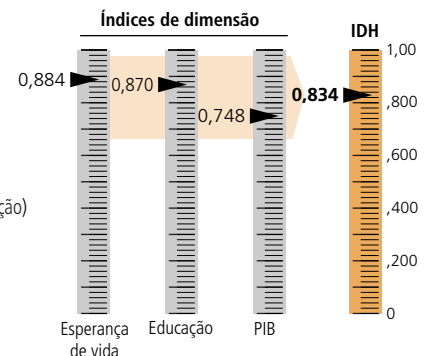
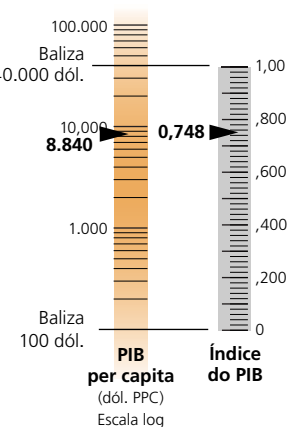
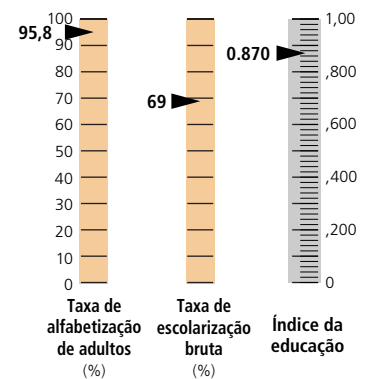
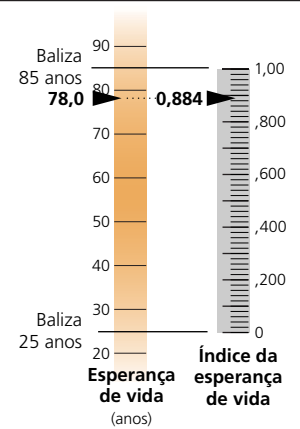
O índice do PIB é calculado utilizando o PIB per capita ajustado (dólares PPC). No IDH, o rendimento entra como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento. O rendimento é ajustado porque, para alcançar um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Por isso, utiliza-se o logaritmo do rendimento. Para a Costa Rica, com um PIB per capita de 8.840 dólares PPC em 2002, o índice do PIB é 0,748.

$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(8.840) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,748$$

4. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, a determinação do IDH é muito fácil. É uma média simples dos três índices de dimensão.

$$\begin{aligned} \text{IDH} &= 1/3 (\text{Índice da esperança de vida}) + 1/3 (\text{Índice da educação}) \\ &\quad + 1/3 (\text{Índice do PIB}) \\ &= 1/3 (0,884) + 1/3 (0,870) + 1/3 (0,748) = 0,834 \end{aligned}$$



O índice de pobreza humana para países em desenvolvimento (IPH-1)

Enquanto o IDH mede a realização média, o IPH-1 mede *privações* em três dimensões básicas do desenvolvimento humano captadas no IDH:

- Uma vida longa e saudável — vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
- Conhecimento — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno — falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O cálculo do IPH-1 é mais directo que o cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.

Originalmente, a medida da privação de um nível de vida digno também incluía um indicador de acesso aos serviços de saúde. Mas porque faltam dados fidedignos sobre o acesso aos serviços de saúde para os anos recentes, a privação de um nível de vida digno é medida, no Relatório deste ano, por dois e não por três indicadores—a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O índice de pobreza humana para países da OCDE seleccionados (IPH-2)

O IPH-2 mede privações nas mesmas dimensões que o IPH-1 e também capta a exclusão social. Reflecte, assim, privações em quatro dimensões:

- Uma vida longa e saudável — vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
- Conhecimento — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela percentagem de adultos (idades entre 16-65 anos) que são funcionalmente analfabetos.
- Um nível de vida digno — medido pela percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento familiar disponível ajustado).
- Exclusão social — medida pela taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais).

Cálculo do IPH-1

1. Medida da privação de um nível de vida digno

A privação de um nível de vida digno é medida através de uma média não ponderada de dois indicadores.

$$\text{Média não ponderada} = 1/2 (\text{população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada}) + 1/2 (\text{crianças com peso deficiente para a idade})$$

Exemplo de cálculo: Camboja

População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada = 30%

Crianças com peso deficiente para a idade = 23%

$$\text{Média não ponderada} = 1/2 (30) + 1/2 (23) = 26,5\%$$

2. Cálculo do IPH-1

A fórmula para o cálculo do IPH-1 é a seguinte:

$$\text{IPH-1} = [1/3 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)

P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos

P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com peso deficiente para a idade

$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Camboja

$P_1 = 55,3\%$

$P_2 = 51,8\%$

$P_3 = 26,5\%$

$$\text{IPH-1} = [1/3 (55,3^3 + 51,8^3 + 26,5^3)]^{1/3} = 47,8$$

Cálculo do IPH-2

A fórmula para o cálculo do IPH-2 é a seguinte:

$$\text{IPH-2} = [1/4 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + P_4^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos (vezes 100)

P_2 = Adultos que são funcionalmente analfabetos

P_3 = População abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento familiar disponível ajustado)

P_4 = Taxa de desemprego de longo prazo (duração de 12 meses ou mais)

$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Canadá

$P_1 = 8,9\%$

$P_2 = 21,8\%$

$P_3 = 12,5\%$

$P_4 = 1,3\%$

$$\text{IPH-2} = [1/4 (8,9^3 + 21,8^3 + 12,5^3 + 1,3^3)]^{1/3} = 14,8$$

Por que razão $\alpha = 3$ no cálculo do IPH-1 e IPH-2

O valor de α tem um impacto importante sobre o valor do IPH. Se $\alpha = 1$, o IPH é a média das suas dimensões. Quando α cresce, dá-se maior peso à dimensão em que a privação é maior. Assim, à medida que α cresce para infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que a privação é máxima (para o Camboja, o exemplo utilizado para calcular o IPH-1, seria de 57,5%, igual à média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com peso deficiente para a idade).

Neste Relatório, o valor 3 é utilizado para dar um peso adicional, mas não excessivo, às áreas de privação mais aguda. Para uma análise pormenorizada da formulação matemática dos IPH, ver “Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective”, de Sudhir Anand e Amartya Sen, e a nota técnica no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

O índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)

Enquanto o IDH mede a realização média, o IDG ajusta a realização média para reflectir as *desigualdades* entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.
- Um nível de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (dólares PPC).

O cálculo do IDG envolve três passos. Primeiro, os índices feminino e masculino de cada dimensão são calculados, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Segundo, os índices feminino e masculino de cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças de realização entre homens e mulheres. O índice resultante, identificado por índice distribuído igualmente, é calculado de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\begin{aligned} & \text{Índice distribuído igualmente} \\ &= \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{1-\epsilon})] \\ &+ [\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/\epsilon} \end{aligned}$$

ϵ mede a aversão à desigualdade. No IDG, $\epsilon = 2$. Assim, a equação geral transforma-se em:

$$\begin{aligned} & \text{Índice distribuído igualmente} \\ &= \{[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1})] \\ &+ [\text{parcela masculina da população} (\text{índice masculino}^{-1})]\}^{-1} \end{aligned}$$

o que dá a média harmónica dos índices feminino e masculino.

Terceiro, o IDG é calculado através da combinação dos três índices distribuídos igualmente numa média não ponderada.

Balizas para o cálculo do IDG

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,5	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	82,5	22,5
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
Rendimentos auferidos estimados (dólares PPC)	40.000	100

Nota: Os valores máximo e mínimo (balizas) para a esperança de vida são cinco anos mais elevados para as mulheres, para tomar em consideração o facto de, em média, viverem mais anos.

Cálculo do IDG

A ilustração do cálculo do IDG usa dados para a Turquia.

1. Cálculo do índice da esperança de vida distribuído igualmente

O primeiro passo é o cálculo dos índices separados para as realizações feminina e masculina na esperança de vida, utilizando a fórmula geral dos índices de dimensão.

FEMININO	MASCULINO
Esperança de vida à nascença: 73,1 years	Esperança de vida à nascença: 67,9 years
Índice da esperança de vida = $\frac{73,1 - 27,5}{87,5 - 27,5} = 0,760$	Índice da esperança de vida = $\frac{67,9 - 22,5}{82,5 - 22,5} = 0,757$

A seguir, os índices feminino e masculino são combinados para criar o índice da esperança de vida distribuído igualmente, utilizando a fórmula geral dos índices distribuídos igualmente.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,496	Parcela da população: 0,504
Índice da esperança de vida: 0,760	Índice da esperança de vida: 0,757
Índice da esperança de vida distribuído igualmente = $\{[0,496 (0,760^{-1})] + [0,504 (0,757^{-1})]\}^{-1} = 0,758$	

2. Cálculo do índice da educação distribuído igualmente

Primeiro, os índices para a taxa de alfabetização de adultos e para a taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior são calculados separadamente para mulheres e homens. O cálculo destes índices é directo, porque os indicadores utilizados já estão normalizados entre 0 e 100.

FEMININO	MASCULINO
Taxa de alfabetização de adultos: 78,5%	Taxa de alfabetização de adultos: 94,4%
Índice de alfabetização de adultos: 0,785	Índice de alfabetização de adultos: 0,944
Taxa de escolarização bruta: 61,8%	Taxa de escolarização bruta: 73,5%
Índice de escolarização bruta: 0,618	Índice de escolarização bruta: 0,735

Segundo, o índice da educação, que dá uma ponderação de dois terços ao índice de alfabetização de adultos e de um terço ao índice de escolarização bruta, é calculado separadamente para mulheres e homens.

$$\text{Índice da educação} = 2/3 (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3 (\text{índice de escolarização bruta})$$

$$\text{Índice da educação feminina} = 2/3 (0,785) + 1/3 (0,618) = 0,729$$

$$\text{Índice da educação masculina} = 2/3 (0,944) + 1/3 (0,735) = 0,874$$

Finalmente, os índices da educação feminina e masculina são combinados para criar o índice da educação distribuído igualmente:

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,496	Parcela da população: 0,504
Índice da educação: 0,729	Índice da educação: 0,874

$$\text{Índice da educação distribuído igualmente} = \{[0,496 (0,729^{-1})] + [0,504 (0,874^{-1})]\}^{-1} = 0,796$$

3. Cálculo do índice do rendimento distribuído igualmente

Primeiro, os rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC) são estimados (para pormenores sobre o cálculo, ver a adenda a esta nota técnica). Depois, o índice do rendimento é calculado para cada género. Tal como para o IDH, o rendimento é ajustado considerando o logaritmo do rendimento auferido estimado (dólares PPC):

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(\text{valor actual}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

FEMININO	MASCULINO
Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 4.757	Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 7.873

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(4.757) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,645 \quad \text{Índice do rendimento} = \frac{\log(7.873) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,729$$

O cálculo do IDG continua na página seguinte

Cálculo do IDG (continuação)

Segundo, os índices do rendimento feminino e masculino são combinados para criar o índice do rendimento distribuído igualmente:

FEMININO

Parcela da população: 0,496

Índice do rendimento: 0,645

MASCULINO

Parcela da população: 0,504

Índice do rendimento: 0,729

$$\text{Índice do rendimento distribuído igualmente} = \{[0,496 (0,645^{-1})] + [0,504 (0,729^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0,685}$$

4. Cálculo do IDG

O cálculo do IDG é directo. É simplesmente a média não ponderada dos três índices componentes — o índice da esperança de vida distribuído igualmente, o índice da educação distribuído igualmente e o índice do rendimento distribuído igualmente.

$$\begin{aligned} \text{IDG} &= 1/3 (\text{índice da esperança de vida}) + 1/3 (\text{índice da educação}) + 1/3 (\text{índice do rendimento}) \\ &= 1/3 (0,758) + 1/3 (0,796) + 1/3 (0,685) = \mathbf{0,746} \end{aligned}$$

Por que razão $\epsilon = 2$ no cálculo do IDG

O valor de ϵ é a dimensão da penalização pela desigualdade de género. Quanto maior o valor, mais fortemente a sociedade é penalizada pela existência de desigualdades.

Se $\epsilon = 0$, a desigualdade de género não é penalizada (neste caso, o IDG teria o mesmo valor que o IDH). À medida que ϵ cresce para infinito, dá-se cada vez mais peso ao grupo com menor realização.

O valor 2 é utilizado no cálculo do IDG (tal como no MPG). Este valor penaliza moderadamente a desigualdade de género na realização.

Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IDG, ver “Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement”, de Sudhir Anand e Amartya Sen, “UNDP’s Gender-Related Indices: A Critical Review”, de Kalpana Bardhan e Stephan Klasen, e as notas técnicas no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995* e no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

A medida de participação segundo o género (MPG)

A MPG, centrada mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, capta a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

- Participação política e poder de tomada de decisão, medidos pelas parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares.
- Participação económica e poder de tomada de decisão, medidos por dois indicadores — as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas.
- Poder sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (dólares PPC).

Para cada uma destas três dimensões, é calculada uma percentagem equivalente distribuída igualmente (PEDI), como uma média ponderada pela população, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$PEDI = \left\{ \left[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{1-\epsilon}) \right] + \left[\text{parcela masculina da pop.} (\text{índice masculino}^{1-\epsilon}) \right] \right\}^{1/1-\epsilon}$$

ϵ mede a aversão à desigualdade. Na MPG (tal como no IDG), $\epsilon = 2$, o que penaliza moderadamente a desigualdade. A fórmula passa a ser:

$$PEDI = \left\{ \left[\text{parcela feminina da população} (\text{índice feminino}^{-1}) \right] + \left[\text{parcela masculina da pop.} (\text{índice masculino}^{-1}) \right] \right\}^{-1}$$

Para a participação política e económica e a tomada de decisão, a PEDI é, então, indexada dividindo-a por 50. A razão desta indexação: numa sociedade ideal, que igualiza o poder dos dois sexos, as variáveis MPG são iguais a 50% — ou seja, a parcela das mulheres seria igual à dos homens para cada variável.

A PEDI, de acordo com a fórmula acima, não é definida onde o valor de um índice masculino ou feminino é zero. Contudo, o limite da PEDI é zero quando o índice tende para zero. Portanto, o valor da PEDI é fixado em zero nestes casos.

Finalmente, a MPG é calculada como uma média simples das três PEDI indexadas.

Cálculo da MPG

A ilustração do cálculo da MPG usa dados para a Grécia.

1. Cálculo da PEDI da representação parlamentar

A PEDI da representação parlamentar mede o poder relativo das mulheres em termos da sua participação política. A PEDI é calculada utilizando as parcelas feminina e masculina da população e as parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares, de acordo com a fórmula geral:

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,492
Parcela parlamentar: 8,7%	Parcela parlamentar: 91,3%

$$PEDI \text{ da representação parlamentar} = \left\{ \left[0,507 (8,7^{-1}) \right] + \left[0,492 (91,3^{-1}) \right] \right\}^{-1} = 15,70$$

Esta PEDI inicial é, então, indexada a um valor ideal de 50%.

$$PEDI \text{ indexada da representação parlamentar} = \frac{15,70}{50} = 0,314$$

2. Cálculo da PEDI da participação económica

Utilizando a fórmula geral, calcula-se uma PEDI para as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e uma outra para as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas. A média simples das duas medidas dá a PEDI da participação económica.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,492
Parcela percentual nas funções de legislador, funcionário superior e gestor = 25,6%	Parcela percentual nas funções de legislador, funcionário superior e gestor = 274,4%
Parcela percentual nas funções especializadas e técnicas: 47,9%	Parcela percentual nas funções especializadas e técnicas: 52,1%

$$PEDI \text{ das funções de legislador, funcionário superior e gestor} = \left\{ \left[0,507 (25,6^{-1}) \right] + \left[0,492 (74,4^{-1}) \right] \right\}^{-1} = 37,82$$

$$PEDI \text{ indexada das funções de legislador, funcionário superior e gestor} = \frac{37,82}{50} = 0,756$$

$$PEDI \text{ das funções especializadas e técnicas} = \left\{ \left[0,507 (47,9^{-1}) \right] + \left[0,492 (52,1^{-1}) \right] \right\}^{-1} = 49,88$$

$$PEDI \text{ indexada das funções especializadas e técnicas} = \frac{49,88}{50} = 0,998$$

As duas PEDI indexadas são médias para calcular a PEDI da participação económica:

$$PEDI \text{ da participação económica} = \frac{0,756 + 0,998}{2} = 0,877$$

3. Cálculo da PEDI do rendimento

O rendimento auferido (dólares PPC) é estimado separadamente para mulheres e homens e, depois, indexado às balizas, tanto para o IDH como para o IDG. No entanto, para a MPG, o rendimento indexado é baseado em valores não ajustados e não no logaritmo do rendimento auferido estimado. (Para pormenores sobre a estimação do rendimento auferido por homens e mulheres, ver a adenda a esta nota técnica).

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,507	Parcela da população: 0,492
Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 10.892	Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 25.601
Índice do rendimento = $\frac{10.892 - 100}{40.000 - 100} = 0,270$	Índice do rendimento = $\frac{25.601 - 100}{40.000 - 100} = 0,639$

Os índices feminino e masculino são, então, combinados para determinar o índice distribuído igualmente:

$$PEDI \text{ do rendimento} = \left\{ \left[0,507 (0,270^{-1}) \right] + \left[0,492 (0,639^{-1}) \right] \right\}^{-1} = 0,377$$

4. Cálculo da MPG

Uma vez calculada a PEDI para as três dimensões da MPG, a determinação desta é directa. É uma média simples dos três índices PEDI.

$$MPG = \frac{0,314 + 0,877 + 0,377}{3} = 0,523$$

Rendimento auferido feminino e masculino

Apesar da importância dos dados do rendimento desagregados por género, não estão disponíveis medidas directas. Por isso, foram produzidas, para este Relatório, estimativas brutas dos rendimentos auferidos por mulheres e homens.

O rendimento pode ser visto de duas formas: como um recurso para o consumo e como ganhos dos indivíduos. Como medida de uso, é difícil a sua desagregação entre homens e mulheres, porque os recursos são partilhados dentro da unidade familiar. Pelo contrário, os ganhos são separáveis porque os diferentes membros da família são remunerados separadamente.

A medida do rendimento utilizada no IDG e na MPG indica a capacidade do indivíduo para obter rendimentos. É utilizada no IDG para captar as disparidades entre homens e mulheres no controlo dos recursos e, na MPG, para captar a independência económica das mulheres. (Para questões conceptuais e metodológicas relacionadas com esta abordagem, ver “Gender Inequality in Human Development”, de Sudhir Anand e Amartya Sen, e o capítulo 3 e notas técnicas 1 e 2 do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*; ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica.)

Os rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC) são estimados utilizando os dados seguintes:

- Rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino.
- Parcelas masculina e feminina da população economicamente activa.
- População feminina e masculina total
- PIB per capita (dólares PPC)

Símbolos

W_f/W_m = rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino
 EA_f = parcela feminina da população economicamente activa
 EA_m = parcela masculina da população economicamente activa
 S_f = parcela feminina da remuneração salarial
 Y = PIB total (dólares PPC)
 N_f = população feminina total
 N_m = população masculina total
 Y_f = rendimento auferido feminino estimado (dól. PPC)
 Y_m = rendimento auferido masculino estimado (dól. PPC)

Nota

Devido aos arredondamentos, os cálculos com base em dados, nesta nota técnica, podem produzir resultados diferentes dos apresentados nos quadros de indicadores.

Estimação dos rendimentos auferidos feminino e masculino

Esta ilustração da estimação dos rendimentos auferidos, feminino e masculino, usa dados de 2002 para as Filipinas.

1. Cálculo do PIB total (dólares PPC)

O PIB total (dólares PPC) é calculado multiplicando a população total pelo PIB per capita (dólares PPC).

População total: 79.944 (milhares)
 PIB per capita (dólares PPC): 4.170
 PIB total (dólares PPC) = 4.170 (79,944) = 333.366.480 (milhares)

2. Cálculo da parcela feminina da remuneração salarial

Como os dados sobre salários nas áreas rurais e no sector informal são raros, o Relatório utilizou salários não agrícolas e assumiu que o rácio entre salários femininos e salários masculinos no sector não agrícola é aplicável ao resto da economia. A parcela feminina da remuneração salarial é calculada utilizando o rácio entre salário não agrícola feminino e salário não agrícola masculino e as parcelas percentuais feminina e masculina da população economicamente activa. Onde os dados sobre o rácio salarial não estão disponíveis, é utilizado um valor de 75%.

Rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino (W_f/W_m) = 0,94
 Parcela percentual feminina da população economicamente activa (EA_f) = 38,2%
 Parcela percentual masculina da população economicamente activa (EA_m) = 61,8%

$$\text{Parcela feminina da remuneração salarial } (S_f) = \frac{W_f/W_m (EA_f)}{[W_f/W_m (EA_f)] + EA_m} = \frac{0,94 (38,2)}{[0,94 (61,8)] + 61,8} = 0,368$$

3. Cálculo dos rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC)

É necessário assumir a hipótese de que a parcela feminina da remuneração salarial é igual à parcela feminina do PIB.

Parcela feminina da remuneração salarial (S_f) = 0.368
 PIB total (dólares PPC) (Y) = 333,366,480 (milhares)
 População feminina (N_f) = 39,014 (milhares)

$$\text{Rendimento auferido feminino estimado (dólares PPC) } (Y_f) = \frac{S_f (Y)}{N_f} = \frac{0,368 (333.366.480)}{39.014} = 3,144$$

População masculina (N_m) = 39,566 (thousand)

$$\text{Rendimento auferido masculino estimado (dólares PPC) } (Y_m) = \frac{Y - S_f (Y)}{N_m} = \frac{333,366,480 - [0,368 (333,366,480)]}{39,586} = 5,326$$

Leituras seleccionadas

- Anand, Sudhir, and Amartya Sen. 1994. “Human Development Index: Methodology and Measurement.” Occasional Paper 12. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York. (*IDH*)
- . 1995. “Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement.” Occasional Paper 19. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York. (*IDG, MPG*)
- . 1997. “Concepts of Human Development and Poverty: A Multi-dimensional Perspective.” In United Nations Development Programme, *Human Development Report 1997 Papers: Poverty and Human Development*. New York. (*IPH-1, IPH-2*)
- Bardhan, Kalpana, and Stephan Klasen. 1999. “UNDP’s Gender-Related Indices: A Critical Review.” *World Development* 27 (6): 985–1010. (*IDG, MPG*)
- United Nations Development Programme. 1995. *Human Development Report 1995*. New York: Oxford University Press. Notas técnicas 1 e 2 e capítulo 3. (*IDG, MPG*)
- . 1997. *Human Development Report 1997*. New York: Oxford University Press. Nota Técnica 1 e capítulo 1 (*IPH-1, IPH-2*)
- . 1999. *Human Development Report 1999*. New York: Oxford University Press. Nota técnica (*IDH, IDG*).

NOTA TÉCNICA 2

IDENTIFICAÇÃO DE PAÍSES DE PRIORIDADE MÁXIMA E DE PRIORIDADE ALTA PARA OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

O Relatório do *Desenvolvimento Humano* deste ano identifica países que são de prioridade máxima e de prioridade alta para cada um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, para os quais existem dados suficientes, baseados na pobreza humana em cada objectivo e nas tendências dos anos de 1990. Apoiado numa análise objectivo-a-objectivo, o Relatório identifica países que são, globalmente, de prioridade máxima e de prioridade alta.

Avaliação de países que são de prioridade máxima e de prioridade alta para cada objectivo

Para cada Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, a avaliação de um país é baseada quer nos seus progressos em direcção ao objectivo — lento ou reversível, moderado, rápido — quer nos seus níveis de pobreza humana no objectivo — extremo, médio, baixo (quadros de nota técnica 2.1 e 2.2). O progresso é medido em comparação com as metas e utilizando os indicadores definidos nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Países de prioridade máxima para cada objectivo

Um país é considerado de prioridade máxima para um objectivo se revela pobreza humana extrema e progresso lento ou reversível para esse objectivo (figura de nota técnica 2.1).

Países de prioridade alta para cada objectivo

Um país é considerado de prioridade alta para um objectivo quando:

- Apresenta pobreza humana extrema e progresso moderado em direcção a esse objectivo.
- Ou apresenta pobreza humana média e progresso lento, ou reversível, para esse objectivo.

Avaliação de países que são de prioridade máxima e de prioridade alta em todos os objectivos

A avaliação global do grau de prioridade baseia-se no número de objectivos em relação aos quais um país é de prioridade máxima ou de prioridade alta. (Esta avaliação global inclui dados para a meta do HIV/SIDA, ainda que não seja avaliada separadamente).

Países de prioridade máxima em todos os objectivos

Um país é considerado de prioridade máxima em todos os objectivos quando:

- É de prioridade máxima em pelo menos três objectivos.
- Ou é de prioridade máxima em metade ou mais dos objectivos, em relação aos quais estão disponíveis pelo menos três pontos de dados [no tempo] para esse país.
- Ou, quando os dados estão disponíveis para apenas dois objectivos, é de prioridade máxima para ambos.

Países de prioridade alta em todos os objectivos

Um país é considerado de prioridade alta em todos os objectivos quando não cai na categoria de prioridade máxima, mas:

- É de prioridade máxima ou alta em pelo menos três objectivos.
- Ou é de prioridade máxima em dois objectivos.
- Ou é de prioridade máxima ou alta em metade ou mais dos objectivos, em relação aos quais estão disponíveis pelo menos três pontos de dados para esse país

- Ou, quando os dados estão disponíveis para apenas dois objectivos, é de prioridade máxima ou alta para ambos.

Quadro de nota técnica 2.1

Definição do progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Taxa de progresso	Definição
Lento ou reversível	O progresso actual em direcção aos objectivos é <i>menos de metade</i> do progresso aproximado requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.
Moderado	O progresso actual em direcção aos objectivos é <i>mais de metade, mas menor</i> que o progresso aproximado requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.
Rápido	O progresso actual em direcção aos objectivos é <i>igual ou maior</i> que o progresso aproximado requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.

Nota: O ano definido para atingir a meta é 2015 para todos os objectivos, excepto para a igualdade de género na educação, que é 2005.

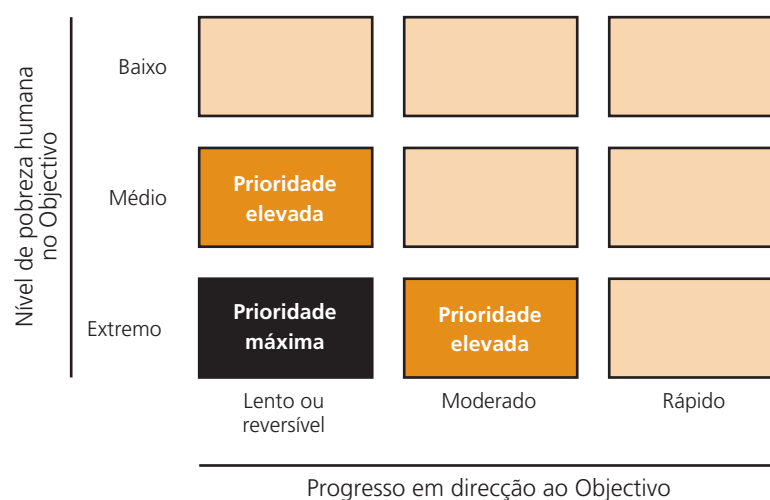
Quadro de nota técnica 2.2

Definição do nível de pobreza humana nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Meta	Indicador	Nível de pobreza humana (x = valor do indicador)			Fonte
		Extremo	Médio	Baixo	
Reduzir para metade a proporção das pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar dia	PIB per capita (dólares PPC) ^a	$x < 3,500$	$3,500 \leq x < 7.000$	$x \geq 7.000$	Banco Mundial
Reduzir para metade a proporção das pessoas que sofrem de fome	Pessoas subalimentadas (%)	$x > 25$	$10 < x \leq 25$	$x \leq 10$	Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Assegurar que, em toda a parte, as crianças conseguirão concluir um curso completo de ensino primário	Taxa de escolarização primária líquida (%)	$x < 75$	$75 \leq x < 90$	$x \geq 90$	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Alcançar a igualdade de género na educação	Rácio entre raparigas e rapazes no ensino primário e secundário (%)	$x < 80$	$80 \leq x < 90$	$x \geq 90$	UNESCO
Reduzir em dois terços a mortalidade de menores de cinco anos	Taxa de mortalidade de menores de cinco por 1.000 nados-vivos	$x > 100$	$30 < x \leq 100$	$x \leq 30$	Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Reduzir para metade a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)	$x < 75$	$75 \leq x < 90$	$x \geq 90$	UNICEF e Organização Mundial da Saúde (OMS)
Reduzir para metade a proporção das pessoas sem acesso a saneamento adequado	População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)	$x < 75$	$75 \leq x < 90$	$x \geq 90$	UNICEF e OMS

a. A taxa de crescimento média anual do PIB per capita é utilizada como a medida de tendência.

Figura de nota técnica 2.1
Identificação de países de prioridade máxima e de prioridade elevada



Cálculo do progresso em direcção a cada objectivo

O progresso em direcção a cada objectivo é avaliado comparando o progresso anual actual, se as tendências correntes prevalecerem até 2015, com o progresso anual necessário para atingir a meta, assumindo a hipótese de progresso linear.

Avaliação do progresso actual

A taxa de progresso anual actual é calculada utilizando a fórmula geral:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} = \frac{(x_{t_1} - x_{t_0}) / x_{t_0}}{t_1 - t_0}$$

onde t_0 é 1990 ou o ano mais próximo de 1990, para o qual existem dados disponíveis; t_1 é o ano mais recente, para o qual existem dados disponíveis, geralmente 2001; e x_{t_0} e x_{t_1} são os valores do indicador para esses anos. Para taxas de fome, pobreza e mortalidade de menores de cinco anos, para os quais o valor mais desejável é 0, a fórmula aplica-se sem modificação.

Para a taxa de escolarização primária líquida, igualdade de género na educação (rácio das raparigas em relação aos rapazes) e a percentagem da população com acesso a água potável e saneamento, para os quais o valor mais desejável é 100%, o progresso é expresso como “redução de carência”, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} = \frac{(x_{t_1} - x_{t_0}) / (100 - x_{t_0})}{t_1 - t_0}$$

Avaliação do progresso requerido

A taxa de progresso requerido para atingir a meta em 2015 (em 2005 para a igualdade de género na educação) é determinada pela meta. Os valores para α são: 1/2 para a pobreza e fome, 1/2 para água potável e saneamento, -2/3 para mortalidade de menores de cinco anos e 1 para a escolarização primária e igualdade de género na educação. A taxa anual de progresso requerido é, então, calculada de forma simples, dividindo α pelo número de anos entre t_{ODM} , o ano em que se deve atingir a meta, e t_0 , o ano mais próximo de 1990 para o qual existem dados disponíveis:

$$\text{Taxa anual de progresso requerido} = \frac{\alpha}{t_{\text{ODM}} - t_0}$$

Determinação do estatuto da prioridade: um exemplo

Esta ilustração da determinação do estatuto da prioridade utiliza dados da taxa de mortalidade de menores de cinco anos do Chade:

Cálculo do progresso

Os dados para a taxa de mortalidade de menores de cinco anos estão disponíveis para 1990 e 2001:

$$t_0 = 1990$$

$$t_1 = 2002$$

A taxa de mortalidade de menores de cinco anos 203 por 1.000 nados-vivos para 1990 e 200 para 2002:

$$x_0 = 203$$

$$x_1 = 200$$

A redução requerida é de dois terços:

$$\alpha = -2/3$$

Por conseguinte:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} = \frac{(200 - 203) : 203}{2002 - 1990} = -0,12\%$$

$$\text{Taxa anual de progresso requerido} = \frac{-2/3}{2015 - 1990} = -2,67\%$$

O progresso actual em direcção aos objectivos é inferior a metade do progresso requerido aproximado para atingir a meta.

Portanto, o Chade está a fazer um progresso lento ou reversível, para o objectivo de reduzir a mortalidade de menores de cinco anos.

Determinação do nível de pobreza humana

A taxa de mortalidade de menores de cinco anos para o Chade é de 200 por 1.000 nados-vivos, em 2001.

Portanto, o Chade tem um nível extremo de pobreza humana na mortalidade de menores de cinco anos (ver quadro de nota técnica 2.2).

Determinação do estatuto da prioridade para a mortalidade de menores de cinco anos

O Chade tem um nível extremo de pobreza humana na mortalidade de menores de cinco anos e um progresso lento ou reversível.

Portanto, o Chade é classificado como sendo de prioridade máxima no objectivo de redução da mortalidade de menores de cinco anos.

Determinação do estatuto da prioridade em todos os objectivos

Dos oito indicadores em que o Chade tem dados, é identificado como de prioridade máxima em cinco e de prioridade elevada em dois.

Portanto, o Chade é classificado, globalmente, como um país de prioridade alta.

Nota

Para medir o progresso na privação de rendimento, utiliza-se a taxa de crescimento do PIB per capita em 1990-2002. Estima-se que é necessário um crescimento anual médio de 1,4%, em 1990-2015, para atingir a meta da privação de rendimento. Por conseguinte, o limiar para o progresso lento ou reversível é um crescimento anual do rendimento per capita inferior a 0,7%; de 0,7% a 4% para o progresso moderado; e 1,4% ou mais para o progresso rápido.

Para a avaliação global dos países, como sendo de prioridade máxima ou alta, também se utilizam dados de tendência para a prevalência de HIV/SIDA entre adultos (15 anos e mais), em 1999 e 2000 (UNAIDS e WHO 2003). Para determinar o nível de pobreza humana em HIV/SIDA, considera-se como extrema uma taxa de prevalência superior a 3%; como média, uma taxa igual ou inferior a 3%, mas maior que 1%; e como baixa, uma taxa igual ou inferior a 1%. Dado que a meta é parar e começar a inverter a propagação de HIV/SIDA, um crescimento na taxa de prevalência menor que 1 ponto percentual é considerado como progresso lento; um crescimento de 1 ponto percentual ou mais, mas menor que 3, é um progresso moderado; e um crescimento de 3 pontos percentuais ou mais é um progresso lento ou reversível.

Definições de termos estatísticos

Actividades de mercado Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, para incluir empregos em estabelecimentos e a produção primária, venda de serviços e outras produções de bens que não são realizados em estabelecimentos. Ver *actividades não mercantis e tempo de trabalho total*.

Actividades não mercantis Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, para incluir manutenção familiar (limpeza, lavagem de roupa e a preparação de refeições e arrumação), administração e compras para a própria família; cuidado de crianças, doentes, idosos e deficientes da própria família; e serviços para a comunidade. Ver *actividades de mercado e tempo de trabalho total*.

Ajuda pública Donativos ou empréstimos que obedecem aos mesmos padrões da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), excepto que os seus beneficiários não são qualificados como beneficiários de APD. Estes países estão identificados na Parte II da lista de países beneficiários da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que inclui os países mais avançados da Europa Central e do Leste, da antiga União Soviética e certos países e territórios em desenvolvimento avançados.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) bilateral não ligada APD de um país para outro, em relação à qual os bens e serviços associados podem ser procurados, total e livremente, em quase todos os países.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida Desembolso de empréstimos feitos em termos concessionais (líquidos de reembolsos) e donativos das agências oficiais dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), das organizações multilaterais e de países não membros da CAD, para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios da Parte I da lista da CAD dos beneficiários da ajuda. Inclui empréstimos com um elemento de concessão de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%).

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para os países menos desenvolvidos Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD), líquida* e as classificações de países para os países menos desenvolvidos.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para serviços sociais básicos APD dirigida para os serviços sociais básicos, que incluem educação básica (educação infantil, ensino primário e qualificações básicas da vida para jovens e adul-

tos), saúde básica (incluindo cuidados básicos de saúde, infra-estruturas básicas de saúde, nutrição básica, controlo das doenças contagiosas, educação sanitária e desenvolvimento da saúde pessoal) e políticas e programas de população e saúde reprodutiva (política e gestão administrativa da população, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, controlo das doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/SIDA, e desenvolvimento pessoal para a saúde populacional e reprodutiva). A ajuda para abastecimento de água e saneamento só é incluída se tiver um enfoque sobre a pobreza.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) per capita do país doador Ajuda pública ao desenvolvimento concedida por um determinado país dividida pela população total deste país. Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Alfabetização de adultos, taxa Percentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Alfabetização de jovens, taxa Percentagem da população com idade entre 15 e 24 anos que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Altura deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos Inclui raquitismo moderado ou grave, definido como mais de dois desvios padrões abaixo da mediana da altura por idade da população de referência.

Analfabetismo de adultos, taxa Calculado como 100 menos a taxa de alfabetização de adultos. Ver *alfabetização de adultos, taxa*.

Analfabetismo funcional [Pessoas sem qualificações de literacia] Proporção da população adulta (16-65 anos) com resultados ao nível 1 da escala de literacia de prosa do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. A maior parte das tarefas, a este nível, requer que o leitor localize uma informação no texto que seja idêntica ou sinónima da informação dada na directiva.

Armas convencionais, transferência Refere-se à transferência voluntária, pelo fornecedor, de armas com objectivo militar e destinadas às forças armadas, paramilitares, ou agências de informação de outro país (exclui, portanto, as armas capturadas ou obtidas através de desertores). Inclui as principais armas convencionais ou sistemas, em seis categorias: navios, aeronaves, mísseis, artilharia, veículos blindados,

dos e sistemas de direcção e radar (excluem-se camiões, serviços, munições, armas pequenas, artigos de apoio, componentes e tecnologia componente, ou artilharia naval com menos de 100 milímetros de calibre).

Assentos no parlamento ocupados por mulheres Referem-se aos lugares ocupados por mulheres numa câmara baixa ou única e numa câmara alta ou senado, onde for relevante.

Barreiras tarifárias e não tarifárias, média Medida agregada das barreiras comerciais que os países em desenvolvimento enfrentam. Mede as barreiras monetárias (tarifas), bem como as quotas e subsídios nos produtos manufacturados, têxteis, produtos agrícolas e combustíveis, ponderados pelo volume de importação corrigido endogenamente.

Consumo de combustível tradicional Consumo estimado de lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar) e resíduos animais e vegetais. Ver *energia, necessidades totais*.

Contraceptivos, taxa de prevalência Percentagem de mulheres casadas (incluindo em união), entre 15 e 49 anos, que utilizam, ou cujos maridos utilizam, qualquer forma de contraceção, tanto moderna como tradicional.

Crianças que atingem o 5.º ano Percentagem das crianças que, tendo começado o ensino primário, eventualmente atingirão o 5.º ano (4.º ano, se a duração do ensino primário for de quatro anos). As estimativas baseiam-se no método do coorte reconstruído, que utiliza dados sobre matrículas e repetentes para dois anos consecutivos.

Criminalidade, pessoas vitimadas Percentagem da população que entende que foi vitimada por certo tipo de crime no ano anterior, baseado nas respostas ao Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade.

Desemprego de longo prazo Desemprego com duração de 12 meses ou mais. Ver *desemprego*.

Desemprego jovem Refere-se ao desemprego entre os 15 (ou 16) e os 24 anos, dependendo das definições nacionais. Ver *desemprego*.

Desemprego Refere-se a todas as pessoas acima de uma idade definida que não têm emprego remunerado, nem são trabalhadores independentes, mas que se encontram disponíveis para trabalhar e deram os passos necessários para encontrar emprego remunerado ou para trabalharem como independentes.

Desemprego, taxa O desemprego dividido pela população activa (os que estão empregados mais os que estão desempregados).

Despesa de saúde per capita (dólares PPC) Soma das despesas pública e privada de saúde (em dólares PPC), dividida pela população. A despesa de saúde inclui a provisão dos serviços de saúde (preventivos e curativos), actividades de planeamento familiar, actividades de nutrição e ajuda

de emergência indicada para a saúde, mas exclui a provisão de água e saneamento. Ver *saúde, despesa privada; saúde, despesa pública; e PPC (paridade do poder de compra)*.

Despesa militar Todas as despesas do Ministério da Defesa e outros departamentos no recrutamento e formação do pessoal militar, assim como na construção e compra de materiais militares e equipamento. A ajuda militar está incluída nas despesas do país doador.

Despesa privada de saúde Despesa directa das famílias (reembolsável), seguros privados, gastos das organizações não lucrativas que servem as famílias e pagamentos directos de serviços pelas empresas privadas. Em conjunto com a despesa pública de saúde, soma a despesa de saúde total. Ver *saúde, despesa per capita (dólares PPC) e saúde, despesa pública*.

Despesa pública de educação Inclui as despesas de capital (gastos na construção, manutenção, principais reparações e compra de equipamento pesado ou veículos) e despesas correntes (gastos em bens e serviços que são consumidos durante o ano corrente e que devem ser renovados no ano seguinte). Cobrem as despesas como os salários e benefícios dos funcionários, serviços contratados ou adquiridos, livros e materiais de ensino, serviços sociais, mobiliário e equipamento, reparações menores, combustíveis, seguros, rendas, telecomunicações e viagens. Ver *educação, níveis*.

Despesa pública de saúde Despesa corrente e de capital dos orçamentos da administração (central e local), empréstimos externos e donativos (incluindo os donativos de agências internacionais e organizações não governamentais), e fundos sociais (ou obrigatórios) de seguros de saúde. Em conjunto com a despesa privada de saúde, soma a despesa de saúde total. Ver *saúde, despesa per capita (dólares PPC) e saúde, despesa privada*.

Dívida, alívio, compromisso no quadro da iniciativa PPAE Perdão de empréstimos como componente da ajuda pública ao desenvolvimento, no quadro da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). A iniciativa é a primeira aproximação compreensiva para reduzir a dívida externa dos países altamente endividados mais pobres do mundo, num total de 42.

Dívida, serviço total Soma dos principais reembolsos e juros pagos correntemente em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida de longo prazo (com uma maturidade de mais de um ano), juros pagos sobre a dívida de curto prazo e reembolsos ao Fundo Monetário Internacional.

Educação, índice Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice da educação, ver *Nota técnica 1*.

Educação, níveis A educação é classificada em primária, secundária e superior, de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITED). *Ensino pré-primário*

(CITED, nível 0): é dispensado em escolas como jardins-de-infância, escolas maternais e infantis e destina-se às crianças que não têm idade suficiente para se matricularem no primeiro nível. *Ensino primário* (CITED, nível 1): fornece os elementos básicos da educação, em escolas como as elementares ou primárias. *Ensino secundário* (CITED, níveis 2 e 3): é baseado em quatro anos, pelo menos, de instrução prévia no primeiro nível e ministra a instrução geral ou especializada, ou ambas, dispensada em instituições como escolas intermédias, secundárias, liceus, escolas de formação de professores a este nível e escolas técnicas e profissionais. *Ensino superior* (CITED, níveis 5-7): refere-se à educação em instituições como universidades, escolas superiores de educação ou escolas profissionais superiores — exigindo como condição mínima de admissão a conclusão, com sucesso, da educação do 2.º nível ou a prova de aquisição de um nível equivalente de conhecimentos.

Electricidade, consumo per capita Refere-se à produção bruta, per capita, que inclui o consumo de estações auxiliares e quaisquer perdas nos transformadores considerados partes integrantes das estações. Também inclui a produção total de energia eléctrica pelas estações de bombeamento, sem dedução da energia eléctrica consumida pelas bombas.

Emissões de dióxido de carbono Emissões de dióxido de carbono antropogénico (origem humana) provenientes da combustão de combustíveis fósseis e da produção de cimento. As emissões são calculadas a partir de dados do consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, da combustão fulgurante da gasolina e da produção de cimento.

Emprego feminino por actividade económica Emprego feminino na indústria, agricultura ou serviços, segundo a definição do sistema de Classificação Internacional Tipo da *Indústria* (CITI) (revisões 2 e 3). Indústria refere-se às actividades de mineração, extracção de pedras, manufatura, construção e serviços públicos (gás, água e electricidade). *Agricultura* refere-se às actividades agrícolas, de caça, silvicultura e pesca. *Serviços* referem-se ao comércio por grosso e a retalho; restaurantes e hotéis; transportes, armazenagem e comunicações; finanças, seguros, imobiliário e serviços comerciais; e aos serviços pessoais, sociais e comunitários.

Energia utilizada, PIB por unidade Rácio entre o PIB (dólares PPC em 1995) e a energia comercial utilizada, medido em quilogramas de equivalente petróleo. Este rácio fornece uma medida da eficiência da energia, mostrando estimativas comparáveis e consistentes do PIB real entre países relativamente aos inputs físicos (unidades de utilização de energia). Ver *PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade do poder de compra)*.

Energia, necessidades totais Consumo de energia e de combustíveis tradicionais, que incluem lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar), resíduos animais, vegetais e outros.

Escolarização, taxa bruta Número de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da

idade, em percentagem da população correspondente ao grupo de idades para esse nível. A taxa de escolarização bruta pode ser maior do que 100%, devido à repetência de grau e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para o grau de ensino. Ver *educação, níveis*.

Escolarização, taxa líquida Número de estudantes matriculados num nível de educação, que tem a idade escolar oficial para esse nível, em percentagem da população que tem idade escolar oficial para esse nível. Ver *educação, níveis*

Esperança de vida à nascença Número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade prevalentes no tempo do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida.

Esperança de vida, índice Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice da educação, ver *Nota técnica 1*.

Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia A parcela dos estudantes do ensino superior inscritos em ciências naturais; engenharia; matemática e ciências de computadores; arquitectura e planeamento urbano; transportes e comunicações; programas de comércio, artesanato e indústria; agricultura, silvicultura e pesca. Ver *níveis de educação*.

Exportações de alta tecnologia Exportações de produtos com uma alta intensidade de investigação e desenvolvimento. Incluem produtos de alta tecnologia tais como equipamentos aeroespaciais, computadores, produtos farmacêuticos, instrumentos científicos e máquinas eléctricas.

Exportações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos ao resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços tais como os serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoal e governamentais. Excluem-se os rendimentos do trabalho e da propriedade e pagamentos de transferências.

Exportações de produtos manufacturados Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional para incluir exportações de produtos químicos, produtos manufacturados básicos, máquinas e material de transporte e outros produtos manufacturados diversos.

Exportações primárias Definido segundo a Classificação Tipo do Comércio Internacional para incluir exportações de produtos alimentares, produtos agrícolas e matérias-primas, combustíveis, minérios e metais.

Fertilidade total, taxa Número de filhos que cada mulher teria se tivesse que viver no fim da sua idade fértil e se desse à luz, em cada idade, de acordo com as taxas de fertilidade prevalentes na idade específica.

Fluxos privados, outros Uma categoria que combina fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida

(a soma de capitais do país, receitas de depósitos e compras directas de acções por investidores estrangeiros), fluxos de carteira criadores de dívida (obrigações emitidas compradas por investidores estrangeiros) e empréstimos bancários e relacionados com o comércio (empréstimos de bancos comerciais e outros créditos comerciais).

Fonte de água melhorada, população sem acesso sustentável Calculado como 100 menos a percentagem da população com acesso a uma fonte de água melhorada. Fontes não melhoradas incluem vendedores, água engarrafada, camiões cisterna e poços e nascentes não protegidas. Ver *fontes de água melhorada, população com acesso sustentável*.

Fontes de água melhorada, população com acesso sustentável A proporção da população com acesso razoável a qualquer um dos tipos seguintes de abastecimento de água potável: água canalizada, torneira pública, poço com bomba, depósito protegido, nascente protegida ou água da chuva. O *acesso razoável* é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e dia, a partir de uma fonte no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador.

Forças armadas, total Forças estratégicas, terrestres, navais, aéreas, administrativas, de comando e de apoio. Também incluem forças paramilitares como a polícia, guarda alfandegária ou de fronteira, quando têm formação em estratégias militares.

Fumadores Percentagem de homens e mulheres que fumam cigarros.

HIV/SIDA, prevalência A percentagem de pessoas com idade entre 15 e 49 anos que está infectada com HIV.

Importação de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços tais como os serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoal e governamentais. Excluem-se os rendimentos do trabalho e da propriedade e pagamentos de transferências.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Índice composto que mede a realização média nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano — uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno — ajustado para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de desenvolvimento humano (IDH) Uma medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano — uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de Gini Mede a extensão até à qual a distribuição do rendimento (ou consumo) entre indivíduos e famílias, num país, desvia de uma distribuição perfeitamente igual.

Uma curva de Lorenz relaciona percentagens acumuladas do rendimento total recebido com quantidades acumuladas de beneficiários, partindo dos indivíduos ou famílias mais pobres. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, exprimindo uma percentagem da área máxima debaixo da linha. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita.

Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano — uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de pobreza humana (IPH-2) para países seleccionados da OCDE Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano — uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida — e que ainda capta a exclusão social. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver a *Nota técnica 1*.

Índice de preços no consumidor, variação média anual Reflecte variações de custo no consumidor médio quando este adquire um cabaz de bens e serviços, o qual pode ser fixo ou variar em intervalos determinados.

Instalações sanitárias melhoradas, população com acesso Percentagem da população com acesso a instalações aperfeiçoadas de descarga das excreções, tais como a ligação a um sistema de esgotos ou a um reservatório séptico, uma retrete com autoclismo, uma retrete simples com fossa, ou uma retrete com fossa aperfeiçoada e arejada. Um sistema de descarga das excreções é considerado aperfeiçoado se é privado ou partilhado (mas não público) e se separa, higienicamente, as excreções do contacto humano.

Insuficiência de peso, crianças nascidas com Percentagem de crianças que nascem com um peso inferior a 2.500 gramas.

Internet, utilizadores Pessoas com acesso à ampla rede mundial.

Investigação e desenvolvimento, despesas de Despesas corrente e de capital (incluindo despesas gerais) na actividade criativa e sistemática destinada a aumentar o stock de conhecimento. Incluem-se as investigações fundamental e aplicada e os trabalhos de desenvolvimento experimental que conduzem a novos inventos, produtos ou processos.

Investigadores em I&D Pessoas formadas para trabalhar em qualquer área científica, que estão integradas em actividades especializadas de investigação e desenvolvimento (I&D). Muitas dessas actividades requerem a conclusão do ensino superior.

Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos Fluxos líquidos de investimento para adquirir uma posição de

gestão permanente (10% ou mais de acções com poder de voto) numa empresa que opera numa economia distinta da do investidor. É a soma das acções, reinvestimento de ganhos, outros capitais de longo prazo e capitais de curto prazo.

Legisladoras, funcionárias superiores e gestor Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88), incluindo legisladoras, funcionárias públicas superiores, chefes tradicionais e chefes de aldeia, funcionárias superiores de organizações de interesse particular, gestoras de empresas, directoras e directoras executivas, gestoras de departamentos de produção e operações e de outros departamentos e gestoras gerais.

Linha de privação de rendimento, população abaixo Percentagem da população que vive abaixo de uma determinada linha de pobreza:

- 1 dólar por dia — a preços internacionais de 1985 (equivalente a 1,08 dólares, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 2 dólares por dia—a preços internacionais de 1985 (equivalente a 2,15 dólares, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 4 dólares por dia—a preços internacionais de 1990, ajustado à paridade do poder de compra.
- 11 dólares por dia (por pessoa numa família de três) — a preços internacionais de 1994, ajustado à paridade do poder de compra.
- Linha de pobreza nacional — a linha de pobreza considerada pelas autoridades como apropriada para o país. As estimativas nacionais são baseadas nas estimativas de subgrupos ponderados pela população, dos inquéritos às famílias.
- 50% da mediana do rendimento — 50% da mediana do rendimento familiar disponível ajustado.

Ver PPC (paridade do poder de compra).

Linhas principais de telefone Linhas telefónicas que ligam os equipamentos dos consumidores à rede pública de distribuição de telefone.

Malária, casos Número total de casos de malária relatados à Organização Mundial da Saúde pelos países em que a malária é endémica. Muitos países relatam apenas casos confirmados laboratorialmente, mas muitos outros da África Subsariana também relatam casos diagnosticados clinicamente.

Malária, prevenção (crianças menores de cinco) Percentagem de crianças menores de cinco anos que dormem em mosquiteiros tratados com insecticida.

Malária, tratamento (crianças menores de cinco com febre) Percentagem de crianças menores de cinco anos que estavam doentes com febre nas duas semanas anteriores ao inquérito e que receberam medicamentos antimaláricos.

Medicamentos essenciais e a preço comportável, população com acesso sustentável Percentagem estimada da

população que tem acesso a um mínimo de 20 dos medicamentos mais essenciais — aqueles que satisfazem as necessidades de cuidados de saúde da maior parte da população —, continuamente e a preços comportáveis, nas instalações de saúde públicas ou privadas, ou em farmácias, num percurso até uma hora da residência.

Médicos Inclui os diplomados de uma faculdade ou escola de medicina que trabalham em qualquer campo médico (incluindo o ensino, investigação e administração).

Medida de participação segundo o género (MPG) Índice composto que mede a desigualdade de género em três dimensões básicas do poder — participação económica e tomada de decisão, participação política e tomada de decisão e poder sobre os recursos económicos. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Mortalidade de menores de cinco, taxa A probabilidade de morrer entre o nascimento e os cinco anos exactos de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade infantil, taxa A probabilidade de morrer entre o nascimento e um ano exacto de idade, expresso por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, rácio ajustado Rácio de mortalidade materna ajustado para responder aos problemas bem documentados de sub-registo e de má classificação das mortes maternas, assim como as estimativas para países que não têm dados. Ver *mortalidade materna, taxa*.

Mortalidade materna, taxa declarada A taxa de mortalidade materna declarada pelas autoridades nacionais. Ver *mortalidade materna, taxa*.

Mortalidade materna, taxa Número anual de óbitos de mulheres por causas relacionadas com a gravidez, por 100.000 nados-vivos.

Mulheres no governo ao nível ministerial Estabelecido de acordo com a definição de cada país do executivo nacional, pode incluir mulheres exercendo cargos de ministras ou vice-ministras, ou desempenhando outras funções governamentais, incluindo secretarias parlamentares.

Ocupação segura, pessoas com acesso Famílias que são proprietárias ou que estão a comprar as suas casas, estão em arrendamento privado, ou estão em habitação social ou em sublocação.

Partos assistidos por técnicos de saúde Percentagem de partos assistidos por técnicos (incluindo médicos, enfermeiras ou parteiras) preparados para fornecer os cuidados necessários, supervisão e conselhos às mulheres durante a gravidez, dores de parto e período pós-parto, para poderem conduzir o parto, elas próprias, e cuidar dos recém-nascidos.

Patentes concedidas a residentes Referem-se aos documentos emitidos por um gabinete público, que descrevem uma invenção e criam uma situação legal, em que a invenção patenteada pode ser explorada normalmente (produzida, utilizada, vendida ou importada) apenas pelo patenteado, ou com sua autorização. A protecção das invenções é limitada, geralmente, até 20 anos da data de apresentação do pedido de concessão da patente.

Perdão da dívida bilateral bruta Perdão, com o apoio de fundos públicos dos países doadores, de dívidas bilaterais dos países em desenvolvimento detidas por credores públicos ou privados. Compensa as entradas de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), sem deduzir o valor do capital. Ver *ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Peso deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos Inclui deficiência de peso moderada, definida como mais de dois desvios padrões abaixo da mediana do peso por idade da população de referência e deficiência de peso grave, definida como mais de três desvios padrões abaixo da mediana do peso.

Pessoas deslocadas internamente Pessoas que estão deslocadas dentro do seu próprio país e a quem o Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) concede protecção ou assistência, ou ambos, na sequência de um pedido especial de um órgão competente da ONU.

Pessoas subalimentadas Pessoas cujo consumo alimentar é cronicamente insuficiente para obter os requisitos energéticos mínimos.

PIB (Dólares EUA) PIB convertido em dólares utilizando a taxa de câmbio oficial média publicada pelo Fundo Monetário Internacional. Utiliza-se um factor de conversão alternativo quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente grande, da taxa efectivamente utilizada nas transacções de divisas e de produtos de comércio. Ver *PIB (produto interno bruto)*.

PIB (produto interno bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia mais os impostos da produção (menos subsídios) não incluídos na valorização do produto. É calculado sem incluir as deduções para a depreciação do capital físico ou para o esgotamento e destruição dos recursos naturais. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois de adicionar todos os produtos finais e subtrair todos os produtos intermédios utilizados.

PIB per capita (dólares EUA) PIB (Dólares EUA) dividido pela população média do ano. Ver *PIB (Dólares EUA)*.

PIB per capita (dólares PPC) Ver *PIB (produto interno bruto)* e *PPC (paridade do poder de compra)*.

PIB per capita, taxa de crescimento anual Taxa de crescimento anual (mínimos quadrados) calculada a partir do PIB per capita em preços constantes, em unidades monetárias locais.

PIB, índice do Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. É baseado no PIB per capita (dólares PPC). Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

População activa [força de trabalho] Todos os empregados (incluindo pessoas acima de uma idade determinada que, durante o período em referência, estiveram num emprego remunerado, com uma ocupação, auto-empregados, ou com um trabalho mas sem uma ocupação) e desempregados (incluindo pessoas acima de uma idade determinada que, durante o período em referência, estiveram sem trabalho, disponíveis normalmente para trabalhar e à procura de trabalho).

População total Refere-se à população de facto, que inclui toda a população presente numa dada região e num dado tempo.

População urbana População a meio do ano em áreas classificadas como urbanas, de acordo com o critério utilizado por cada país, tal como relatado às Nações Unidas. Ver *população total*.

População, taxa de crescimento anual Refere-se à taxa de crescimento exponencial anual no período indicado. Ver *população total*.

PPAE, ponto de conclusão A data em que um país incluído na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) completa, com sucesso, as reformas estruturais fundamentais acordadas no ponto de decisão PPAE, incluindo o desenvolvimento e execução de uma estratégia de redução da pobreza. O país recebe, então, o volume do seu alívio da dívida sob a iniciativa PPAE, sem novas condicionantes de política.

PPAE, ponto de decisão A data em que um país pobre altamente endividado, com um percurso reconhecido de bom desempenho no quadro de programas de ajustamento apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, se compromete, no quadro da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados, a empreender reformas adicionais e a desenvolver e executar uma estratégia de redução da pobreza.

PPC (paridade de poder de compra) Uma taxa de câmbio que toma em consideração as diferenças de preços entre países, permitindo comparações internacionais do produto e rendimentos reais. À taxa dólares PPC (como se usa neste Relatório), 1 dólar PPC tem o mesmo poder de compra na economia doméstica que 1 dólar EUA tem nos Estados Unidos.

Probabilidade à nascença de não viver até uma idade

específica Calculada como 1 menos a probabilidade de viver até uma idade específica para uma dada coorte. Ver *probabilidade à nascença de viver até uma idade específica*.

Probabilidade à nascença de viver até uma idade específica Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até uma determinada idade, se estiver sujeita aos padrões prevalentes das taxas de mortalidade específicas.

Projeção da variação média Projeções da população pela Divisão de População das Nações Unidas assumindo a trajetória média da fertilidade e níveis normais de mortalidade e migração internacional. Esta assunção implica tendências projectadas dos níveis da fertilidade, mortalidade e migração internacional que dependem das características demográficas específicas e das políticas relevantes de cada país ou grupo de países. Adicionalmente, inclui-se na projeção o impacto do HIV/SIDA, para os países altamente afectados com a epidemia de HIV/SIDA. A Divisão de População das Nações Unidas também publica projecções com variações baixas e elevadas. Para mais informações, ver <http://esa.un.org/unpp/assumptions.html>.

Refugiados Pessoas que fugiram do seu país devido a um receio bem fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a determinado grupo social e que não podem ou não querem regressar. *País de asilo* é o país onde um refugiado preencheu um pedido de asilo, mas ainda não recebeu uma decisão ou, diferentemente, se registou como estando à procura de asilo. *País de origem* refere-se à nacionalidade do requerente ou país de que é cidadão.

Rendimento auferido estimado (dólares PPC) Cálculo grosseiro, com base no rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino, parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, população feminina e masculina total e PIB per capita (dólares PPC). Para pormenores sobre o processo de estimação, ver *Nota técnica 1*.

Rendimento auferido estimado, rácio feminino-masculino Rácio entre o rendimento auferido estimado feminino e o rendimento auferido estimado masculino. Ver *rendimento auferido estimado (dólares PPC)*.

Rendimento ou consumo, parcelas As parcelas de rendimento ou consumo de que beneficiam os subgrupos da população indicados por decís e quintis, baseados em inquéritos nacionais às famílias que cobrem vários anos. Os inquéritos sobre o consumo produzem resultados que mostram níveis mais baixos de desigualdade entre pobres e ricos do que os inquéritos sobre o rendimento, porque as pessoas pobres consomem, normalmente, a maior parte do seu rendimento. Porque os dados são provenientes de inquéritos que cobrem anos diferentes e utilizam metodologias diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.

RNB (rendimento nacional bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na econo-

mia mais os impostos da produção (menos subsídios) não incluídos na valorização do produto mais as receitas líquidas do rendimento primário (rendimento dos empregados e da propriedade) provenientes do estrangeiro. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois de adicionar todos os produtos finais e subtrair todos os produtos intermédios utilizados. Os dados são apresentados em dólares EUA correntes, utilizando o método *Atlas do Banco Mundial*.

Royalties e direitos de licenças Receitas que os residentes recebem de não residentes pela utilização autorizada de activos intangíveis, não produzidos, não financeiros e direitos de propriedade (tais como patentes, marcas registadas, *copyrights*, *franchising*, e processos industriais) e pelo uso, através de acordos de concessão de licença, de originais produzidos e protótipos (tais como filmes e manuscritos). Os dados são baseados na balança de pagamentos.

Taxa de actividade económica, feminina A parcela da população feminina com idade de 15 anos ou mais que oferece, ou está disponível para oferecer, trabalho para a produção de bens e serviços económicos.

Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior Número de estudantes matriculados nos níveis de ensino primário, secundário e superior, independentemente da idade, em percentagem da população com a idade escolar oficial para os três níveis. Ver *educação, níveis e escolarização, taxa bruta*.

Telemóveis, assinantes (também referidos como assinantes de celulares móveis) Pessoas que assinam um serviço automático de telefone móvel público, que fornece acesso à rede pública de distribuição de telefone através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais.

Tempo de trabalho total Tempo gasto em actividades mercantis e não mercantis, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993. Ver *actividades de mercado e actividades não mercantis*.

Terapia de reidratação oral, taxa de utilização Percentagem de todos os casos de diarreia em crianças menores de cinco anos, em que as crianças recebem fluidos crescentes e alimentação continuada.

Termos de troca Rácio entre o índice de preços das exportações e o índice de preços das importações, medido em relação a um ano base. Um valor superior a 100 significa que os preços das exportações subiram em relação aos preços das importações.

Trabalhador familiar, contribuição Definido, de acordo com a Classificação Internacional segundo o Estatuto no Emprego (CIEE), como uma pessoa que trabalha, sem remuneração, numa empresa económica dirigida por um familiar que vive na mesma casa.

Trabalhadoras especializadas e técnicas Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88), incluindo profissionais de medicina, matemática e ciências de engenharia (e especializações associadas); ciências da vida e profissionais de saúde (e especializações associadas), profissionais do ensino (e especializações associadas) e outras profissionais e especializações associadas.

Tratados ambientais, ratificação Depois de assinar um tratado, um país deve ratificá-lo, geralmente com a aprovação do seu parlamento. Este processo não só implica uma declaração de interesse indicada pela assinatura, mas também a transformação dos princípios e obrigações do tratado em lei nacional.

Trust fund PPAE, compromissos bilaterais Uma obrigação firme assumida por um doador público em fornecer assistência específica ao *trust fund* PPAE. Os compromissos bilaterais são fixados no montante total das transferências previstas, sem considerar o tempo requerido para completar a conclusão dos desembolsos.

Tuberculose, casos curados com base na TODB A percentagem dos casos de novas infecções de tuberculose curados com base em tratamento observado directamente,

deteccção de casos de tratamento breve (TODB) e de tratamento estratégico.

Tuberculose, casos detectados com base na TODB A percentagem dos casos de novas infecções de tuberculose (diagnosticados num dado período) detectados com base em tratamento observado directamente, deteção de casos de tratamento breve (TODB) e de tratamento estratégico.

Tuberculose, casos Número total de casos de tuberculose notificados à Organização Mundial da Saúde. Um caso de tuberculose é definido como um paciente a quem a tuberculose foi confirmada bacteriologicamente ou diagnosticada por um clínico.

Utilização de preservativo na última relação sexual de elevado risco Mulheres e homens que dizem ter utilizado um preservativo na última vez em que tiveram relações sexuais com um parceiro extraconjugal ou não coabitante, no universo dos que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses com este tipo de parceiros.

Vacinação, crianças de um ano totalmente vacinadas contra o sarampo e a tuberculose Crianças de um ano injectadas com um antigénio ou um soro contendo anticorpos específicos contra o sarampo ou tuberculose.

Referências estatísticas

- Aten, Bettina, Alan Heston, and Robert Summers. 2001. Correspondence on data from the Penn World Tables 6.0. Philadelphia. March.
- . 2002. “Penn World Tables 6.1.” University of Pennsylvania, Center for International Comparisons, Philadelphia. [http://pwt.econ.upenn.edu/]. Accessed March 2004.
- Birzeit University. 2002. *Palestine Human Development Report 2002*. Ramallah, Occupied Palestinian Territories.
- CDIAC (Carbon Dioxide Information Analysis Center). 2004. *Trends: A Compendium of Data on Global Change*. [http://cdiac.esd.ornl.gov/trends/trends.htm]. Accessed March 2004.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2003. *The State of Food Insecurity in the World 2003*. Rome.
- Goldschmidt-Clermont, Luisella, and Elisabetta Pagnossin Aligisakis. 1995. “Measures of Unrecorded Economic Activities in Fourteen Countries.” Background paper for *Human Development Report 1995*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
- Harvey, Andrew S. 1995. “Market and Non-Market Productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use.” Background paper for *Human Development Report 1995*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
- . 2001. “National Time Use Data on Market and Non-Market Work by Both Women and Men.” Background paper for *Human Development Report 2001*. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
- IISS (International Institute for Strategic Studies). 2003. *The Military Balance 2003-2004*. Oxford: Oxford University Press.
- ILO (International Labour Organization). 2002. *Estimates and Projections of the Economically Active Population, 1950-2010*, 4th ed., rev. 2. Database. Geneva.
- . 2003. *Key Indicators of the Labour Market, Third Edition*. [http://kilm.ilo.org/kilm/]. Accessed March 2004.
- . 2004a. *Database on International Labour Standards (ILOLEX)* [http://www.ilo.org/ilolex/english/docs/declworld.htm]. Accessed February 2004.
- . 2004b. *Laboursta Database*. [http://laborsta.ilo.org]. Accessed March 2004.
- IMF (International Monetary Fund) and IDA (International Development Association). 2004. “Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative—Status of Implementation.” 31 March. Washington, DC.
- IMF (International Monetary Fund) and World Bank. 2003. “Status of Bilateral Donor Pledges to the HIPC Trust Fund.” [http://www.worldbank.org/hipc/progress-to-date/TrustFundSep03.pdf]. Accessed March 2004.
- IPU (Inter-Parliamentary Union). 1995. *Women in Parliaments 1945-1995: A World Statistical Survey*. Geneva.
- . 2001. Correspondence on women in government at the ministerial level. March. Geneva.
- . 2004a. Correspondence on year women received the right to vote and to stand for election and year first woman was elected or appointed to parliament. March. Geneva.
- . 2004b. *Parline Database and World Classification of Women in National Parliaments*. [www.ipu.org]. Accessed March 2004.
- ITU (International Telecommunication Union). World Telecommunication Indicators Database, 7th edition. [http://www.itu.int/ITU-D/ict/publications/world/world.html]. March 2004.
- LIS (Luxembourg Income Study). 2004. “Relative Poverty Rates for the Total Population, Children and the Elderly.” [http://www.lisproject.org/keyfigures/povertytable.htm]. Accessed February 2004.
- Milanovic, Branko. 2002. Correspondence on income, inequality and poverty during the transition from planned to market economy. World Bank. March. Washington, D.C.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), Development Assistance Committee. 2004a. Correspondence on agricultural support estimates. February 2004. Paris.
- . 2004b. Correspondence on official development assistance disbursed. February. Paris.
- . 2004c. Correspondence on the employment rates. March. Geneva.
- . 2004d. Correspondence on long-term unemployment rates. March. Geneva.
- . 2004e. *DAC Journal: Development Cooperation 2003 Report* (5)1. Paris.
- . 2004f. *DAC Online*. Database. Paris.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), and Statistics Canada. 2000. *Literacy in the Information Age: Final Report on the International Adult Literacy Survey*. Paris.
- Polity IV. 2002. “Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2000.” [http://www.bsos.umd.edu/cidcm/inscr/polity/index.htm]. Accessed April 2002.
- Roodman, David. 2004. “The Commitment to Development Index: 2004 Edition.” Center for Global Development, Washington, DC.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2003. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security*. Oxford: Oxford University Press.
- . 2004a. Correspondence on military expenditure data. March. Stockholm.
- . 2004b. *SIPRI Arms Transfers*. Database. February. Stockholm.
- Smeeding, Timothy M. 1997. “Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study.” In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Smeeding, Timothy M., Lee Rainwater, and Gary Burtless. 2000. “United States Poverty in a Cross-National Context.” In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Statedec. 2004. Correspondence on gross enrolment ratio for Luxembourg. April. Luxembourg.

- UN (United Nations). 2001. *World Population Prospects 1950-2050: The 2000 Revision*. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York.
- . 2002. Correspondence on time use surveys. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. February. New York.
- . 2003. *World Population Prospects 1950-2050: The 2002 Revision*. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York.
- . 2004a. *Comtrade*. Database. Department of Social and Economic Affairs, Statistics Division. New York.
- . 2004b. Correspondence on energy consumption. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. March. New York.
- . 2004c. Correspondence on traditional fuel use. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. March. New York.
- . 2004d. Correspondence on 2002 urban population interpolation. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. March. New York.
- . 2004e. Millennium Indicators Database. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. [<http://millenniumindicators.un.org>]. Accessed March 2004.
- . 2004f. "Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General." [<http://untreaty.un.org>]. Accessed March 2004.
- . 2004g. United Nations Population Division Database on Contraceptive Use. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. March. New York.
- . 2004h. *World Urbanization Prospects: The 2003 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York.
- UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS). 2004. Correspondence on HIV prevalence rate. May. Geneva.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2001. "Third United Nations Conference on the Least Developed Countries." [<http://www.unctad.org/conference/>]. Accessed April 2002.
- UNDP (United Nations Development Programme). 2000. *Human Development Report 2000*. Oxford University Press. New York.
- . 2002a. *Bosnia and Herzegovina Human Development Report 2002*. Sarajevo.
- . 2002b. *East Timor Human Development Report 2002*. Dili.
- . 2004. Correspondence with UNDP Country Office in Pakistan on data on women in government at ministerial level. April. Islamabad.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 1997. International Standard Classification of Education 1997. Available at [http://www.uis.unesco.org/ev_en.php?ID=3813_201&ID2=DO_TOPIC]. Accessed March 2004.
- . 1999. *Statistical Yearbook 1999*. Paris.
- . 2003. *Education for All Global Monitoring Report 2003/4*. Paris.
- UNESCO Institute for Statistics (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 2001. Correspondence on combined gross enrolment ratio. March. Paris.
- . 2003a. Correspondence on adult and youth literacy rates. March. Montreal.
- . 2003b. Correspondence on combined gross enrolment ratios. March. Montreal.
- . 2003c. Correspondence on education expenditure. February. Montreal.
- . 2004a. Correspondence on adult and youth literacy rates. March. Montreal.
- . 2004b. Correspondence on education expenditure. March. Montreal.
- . 2004c. Correspondence on gross, net enrolment ratios and children reaching grade 5. March. Montreal.
- . 2004d. "Cultural Statistics Programme of the UNESCO Institute for Statistics." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Montreal.
- . 2004e. "Measuring Literacy." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Montreal.
- UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 2004. Correspondence on internally displaced people, refugees by country of asylum and by country of origin. April. Geneva.
- UNICEF (United Nations Children's Fund). 2000. *State of the World's Children 2001*. New York: Oxford University Press.
- . 2003a. Multiple Indicator Cluster Survey (MICS) 2002. Dili.
- . 2003b. *The State of the World's Children 2004*. New York: Oxford University Press.
- . 2004. Correspondence on infant and under-five mortality rates. March. New York.
- UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). 2004. Correspondence on data on crime victims. March. Vienna.
- WHO (World Health Organization). 2003. *Global Tuberculosis Control: WHO Report 2003*. [<http://www.who.int/gtb/publications/globrep/>]. Accessed March 2003.
- . 2004a. Correspondence on access to essential drugs. March. Geneva.
- . 2004b. Correspondence on health expenditure. March. Geneva.
- . 2004c. Correspondence on HIV prevalence rate. March. Geneva.
- . 2004d. Correspondence on human resources for health. March. Geneva.
- . 2004e. Correspondence on tuberculosis cases. March. Geneva.
- . 2004f. "Health Metrics Network: An Emerging Global Partnership for Health Information." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Geneva.
- WIPO (World Intellectual Property Organization). 2004. *Intellectual Property Statistics*. Publication B. Geneva.
- World Bank. 2003a. *Global Economic Prospects and the Developing Countries*. Washington, DC.
- . 2003b. *World Development Indicators 2003*. CD-ROM. Washington, DC.
- . 2004a. Correspondence on data on income distribution. March. Washington, DC.
- . 2004b. Correspondence on GDP per capita annual growth rates. March. Washington, DC.
- . 2004c. "HIPC Initiative: Status of Country Cases Considered Under the Initiative, September 2003." [http://www.worldbank.org/hipc/progress-to-date/status_table_Sep03.pdf]. Accessed March 2004.
- . 2004d. "International Comparison Programme (ICP)." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Washington, DC.
- . 2004e. "The Marrakech Action Plans for Statistics." Background note prepared for *Human Development Report 2004*. Washington, DC.
- . 2004f. *World Development Indicators 2004*. CD-ROM. Washington, DC.

Classificação dos países

Países nos agregados de desenvolvimento humano ^a

Desenvolvimento humano elevado (IDH: 0,800 e acima)

Alemanha
Antígua e Barbuda
Argentina
Austrália
Áustria
Baamas
Barbados
Barém
Bélgica
Brunei
Canadá
Catar
Chile
Chipre
Coreia do Sul
Costa Rica
Croácia
Cuba
Dinamarca
Emiratos Árabes Unidos
Eslováquia
Eslovénia
Espanha
Estados Unidos
Estónia
Finlândia
França
Grécia
Holanda
Hong Kong, China (RAE)
Hungria
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Kuwait
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malta
México
Noruega
Nova Zelândia

Polónia
Portugal
Reino Unido
República Checa
São Cristóvão e Nevis
Seychelles
Singapura
Suécia
Suíça
Trindade e Tobago
Uruguai
(55 países ou áreas)

Desenvolvimento humano médio (IDH: 0,500-0,799)

África do Sul
Albânia
Arábia Saudita
Argélia
Arménia
Azerbaijão
Bangladeche
Belize
Bielorrússia
Bolívia
Bósnia e Herzegovina
Botswana
Brasil
Bulgária
Butão
Cabo Verde
Camarões
Camboja
Cazaquistão
China
Colômbia
Comores
Dominica
Egipto
El Salvador
Equador
Federação Russa
Fidji
Filipinas
Gabão
Gana
Geórgia
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné Equatorial
Honduras
Ilhas Salomão
Índia
Indonésia
Irão
Jamaica
Jordânia
Laos

Líbano
Líbia
Macedónia
Malásia
Maldivas
Marrocos
Maurícias
Mianmar
Moldávia
Mongólia
Namíbia
Nepal
Nicarágua
Omã
Panamá
Papua Nova Guiné
Paraguai
Peru
Quirguistão
República Dominicana
Roménia
Samoa Ocidental
Santa Lúcia
São Tomé e Príncipe
São Vicente e Granadinas
Síria
Sri Lanka
Suazilândia
Sudão
Suriname
Tailândia
Tajiquistão
Territórios Ocupados da Palestina
Tonga
Tunísia
Turquemenistão
Turquia
Ucrânia
Usbequistão
Vanuatu
Venezuela
Vietname
(86 países ou áreas)

Desenvolvimento humano baixo (IDH: abaixo de 0,500)

Angola
Benim
Burkina Faso
Burundi
Chade
Congo
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Djibuti
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Lesoto
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Moçambique
Níger
Nigéria
Paquistão
Quénia
República Centro-Africana
Ruanda
Senegal
Serra Leoa
Tanzânia
Timor-Leste
Togo
Uganda
Zâmbia
Zimbabué
(36 países ou áreas)

a. Exclui os seguintes países membros das Nações Unidas para os quais não é possível calcular o IDH: Afeganistão, Andorra, Iraque, Quiribáti, Coreia do Norte, Libéria, Linstenstaine, Ilhas Marshall, Micronésia, Mónaco, Nauru, Palau, São Marinho, Sérvia e Montenegro, Somália, e Tuvalu.

Países nos grupos de rendimento^a

<i>Rendimento elevado (RNB per capita de 9,076 dólar ou mais em 2002)</i>	<i>Rendimento médio (RNB per capita de 736-9,075 dólar em 2002)</i>	<i>Rendimento baixo (RNB per capita de 735 dólares ou menos em 2002)</i>
Alemanha	África do Sul	Marrocos
Andorra	Albânia	Maurícias
Antígua e Barbuda	Arábia Saudita	México
Austrália	Argélia	Micronésia
Áustria	Argentina	Namíbia
Baamas	Arménia	Omã
Barbados	Belize	Palau
Barém	Bielorrússia	Panamá
Bélgica	Bolívia	Paraguai
Brunei	Bósnia e Herzegovina	Peru
Canadá	Botswana	Polónia
Catar	Brasil	Quiribáti
Chipre	Bulgária	República Checa
Coreia do Sul	Cabo Verde	República Dominicana
Dinamarca	Cazaquistão	Roménia
Emiratos Árabes Unidos	Chile	Samoa Ocidental
Eslovénia	China	Santa Lúcia
Espanha	Colômbia	São Cristóvão e Nevis
Estados Unidos	Costa Rica	São Vicente e Granadinas
Finlândia	Croácia	Sérvia e Montenegro
França	Cuba	Seychelles
Grécia	Djibuti	Síria
Holanda	Dominica	Sri Lanka
Hong Kong, China (RAE)	Egipto	Suazilândia
Irlanda	El Salvador	Suriname
Islândia	Equador	Tailândia
Israel	Eslováquia	Territórios Ocupados da Palestina
Itália	Estónia	Tonga
Japão	Federação Russa	Trindade e Tobago
Kuwait	Fidji	Tunísia
Luxemburgo	Filipinas	Turquemenistão
Malta	Gabão	Turquia
Mónaco	Granada	Ucrânia
Noruega	Guatemala	Uruguai
Nova Zelândia	Guiana	Vanuatu
Portugal	Honduras	Venezuela
Reino Unido	Hungria	(86 países ou áreas)
São Marino	Ilhas Marianas do Norte	
Singapura	Ilhas Marshall	
Suécia	Irão	
Suíça	Iraque	
(41 países ou áreas)	Jamaica	
	Jordânia	
	Letónia	
	Líbano	
	Líbia	
	Lituânia	
	Macedónia	
	Malásia	
	Maldivas	
		Afeganistão
		Angola
		Azerbaijão
		Bangladeche
		Benim
		Burkina Faso
		Burundi
		Butão
		Camarões
		Camboja
		Chade
		Comores
		Congo
		Congo, Rep. Dem.
		Coreia do Norte
		Costa do Marfim
		Eritreia
		Etiópia
		Gâmbia
		Gana
		Geórgia
		Guiné
		Guiné Equatorial
		Guiné-Bissau
		Haiti
		Iémen
		Ilhas Salomão
		Índia
		Indonésia
		Laos
		Lesoto
		Libéria
		Madagáscar
		Malawi
		Mali
		Mauritânia
		Mianmar
		Moçambique
		Moldávia
		Mongólia
		Nepal
		Nicarágua
		Níger
		Nigéria
		Papua Nova Guiné
		Paquistão
		Quénia
		Quirguistão
		República Centro-Africana
		Ruanda
		São Tomé e Príncipe
		Senegal
		Serra Leoa
		Somália
		Sudão
		Tajiquistão
		Tanzânia
		Timor-Leste
		Togo
		Uganda
		Usbequistão
		Vietname
		Zâmbia
		Zimbabué
		(64 países ou áreas)

a. Classificação do Banco Mundial (com efeito desde 1 de Julho de 2003) baseada no rendimento nacional bruto (RNB) per capita. Exclui Nauru e Tuvalu, devido a falta de dados.

Países nos principais grupos mundiais

Países em desenvolvimento

Afganistão	Guiana	República Dominicana	Djibuti	Bulgária	República Checa
África do Sul	Guiné	Ruanda	Eritreia	Cazaquistão	Suécia
Angola	Guiné Equatorial	Samoa Ocidental	Etiópia	Croácia	Suíça
Antígua e Barbuda	Guiné-Bissau	Santa Lúcia	Gâmbia	Eslováquia	Turquia
Arábia Saudita	Haiti	São Cristóvão e Nevis	Guiné	Eslovénia	(30 países ou áreas)
Argélia	Honduras	São Tomé e Príncipe	Guiné Equatorial	Estónia	
Argentina	Hong Kong, China	São Vicente	Guiné-Bissau	Federação Russa	Países OCDE de rendimento elevado ^a
Baamas	(RAE)	e Granadinas	Haiti	Geórgia	Alemanha
Bangladeche	Iémen	Senegal	Iémen	Hungria	Austrália
Barbados	Ilhas Marshall	Serra Leoa	Ilhas Salomão	Letónia	Áustria
Barém	Ilhas Salomão	Seychelles	Laos	Lituânia	Bélgica
Belize	Índia	Singapura	Lesoto	Macedónia	Canadá
Benim	Indonésia	Síria	Libéria	Moldávia	Coreia do Sul
Bolívia	Irão	Somália	Madagáscar	Polónia	Dinamarca
Botswana	Iraque	Sri Lanka	Malawi	Quirguistão	Espanha
Brasil	Jamaica	Suazilândia	Maldivas	República Checa	Estados Unidos
Brunei	Jordânia	Sudão	Mali	Roménia	Finlândia
Burkina Faso	Kuwait	Suriname	Mauritânia	Sérvia e Montenegro	França
Burundi	Laos	Tailândia	Moçambique	Tajiquistão	Grécia
Butão	Lesoto	Tanzânia	Myanmar	Turquemenistão	Holanda
Cabo Verde	Líbano	Territórios Ocupados da Palestina	Nepal	Ucrânia	Irlanda
Camarões	Libéria	Timor-Leste	Níger	Usbequistão	Islândia
Camboja	Líbia	Togo	Quiribáti	(27 países ou áreas)	Itália
Catar	Madagáscar	Tonga	Rep. Centro-Africana		Japão
Chade	Malásia	Trindade e Tobago	Ruanda	OCDE	Luxemburgo
Chile	Malawi	Tunísia	Samoa Ocidental	Alemanha	Noruega
China	Maldivas	Turquia	São Tomé e Príncipe	Austrália	Nova Zelândia
Chipre	Mali	Tuvalu	Senegal	Áustria	Portugal
Colômbia	Marrocos	Uganda	Serra Leoa	Bélgica	Reino Unido
Comores	Maurícias	Uruguai	Somália	Canadá	Suécia
Congo	Mauritânia	Vanuatu	Sudão	Coreia do Sul	Suíça
Congo, Rep. Dem.	México	Venezuela	Tanzânia	Dinamarca	(24 países ou áreas)
Coreia do Norte	Mianmar	Vietname	Togo	Eslováquia	
Coreia do Sul	Micronésia	Zâmbia	Tuvalu	Espanha	
Costa do Marfim	Moçambique	Zimbabué	Uganda	Estados Unidos	
Costa Rica	Mongólia	(137 países ou áreas)	Vanuatu	Finlândia	
Cuba	Namíbia		Zâmbia	França	
Djibuti	Nauru	Países menos desenvolvidos	(49 países ou áreas)	Grécia	
Dominica	Nepal	Afganistão		Holanda	
Egipto	Nicarágua	Angola	<i>Europa Central e do Leste e a Comunidade de Estados Independentes (CEI)</i>	Hungria	
El Salvador	Niger	Bangladeche		Irlanda	
Emiratos Árabes Unidos	Nigéria	Benim		Islândia	
Equador	Omã	Burkina Faso		Itália	
Eritreia	Palau	Burundi		Japão	
Etiópia	Panamá	Butão		Luxemburgo	
Fidji	Papua Nova Guiné	Cabo Verde	Albânia	México	
Filipinas	Paquistão	Camboja	Arménia	Noruega	
Gabão	Paraguai	Chade	Azerbaijão	Nova Zelândia	
Gâmbia	Peru	Comores	Bielorrússia	Polónia	
Gana	Quénia	Congo, Rep. Dem.	Bósnia e Herzegovina	Portugal	
Granada	Quiribáti			Reino Unido	
Guatemala	Rep. Centro-Africana				

a. Exclui a República Checa, Hungria, México, Polónia, Eslováquia e Turquia.

Países em desenvolvimento nos grupos regionais

<i>Países Árabes</i>	<i>Ásia e Pacífico</i>	<i>América Latina e Caraíbas</i>	<i>Europa do Sul</i>	<i>África Subsariana</i>
Arábia Saudita	Ásia oriental e Pacífico	Antígua e Barbuda	Chipre	África do Sul
Argélia	Brunei	Argentina	Turquia	Angola
Barém	Camboja	Baamas	<i>(2 países e áreas)</i>	Benim
Catar	Coreia do Norte	Barbados		Botswana
Djibuti	Coreia do Sul	Belize		Burkina Faso
Egipto	China	Bolívia		Burundi
Emiratos Árabes Unidos	Fidji	Brasil		Cabo Verde
Iémen	Filipinas	Chile		Camarões
Iraque	Hong Kong, China (RAE)	Colômbia		Chade
Jordânia	Ilhas Marshall	Costa Rica		Comores
Kuwait	Ilhas Salomão	Cuba		Congo
Líbano	Indonésia	Dominica		Congo, Rep. Dem.
Líbia	Laos	El Salvador		Costa do Marfim
Marrocos	Malásia	Equador		Eritreia
Omã	Mianmar	Granada		Etiópia
Síria	Micronésia	Guatemala		Gabão
Somália	Mongólia	Guiana		Gâmbia
Sudão	Nauru	Haiti		Gana
Territórios Ocupados da Palestina	Palau	Honduras		Guiné
Tunísia	Papua Nova Guiné	Jamaica		Guiné Bissau
<i>(20 países ou áreas)</i>	Quiribáti	México		Guiné Equatorial
	Samoa Ocidental	Nicarágua		Lesoto
	Singapura	Panamá		Libéria
	Tailândia	Paraguai		Madagáscar
	Timor-Leste	Peru		Malawi
	Tonga	República Dominicana		Mali
	Tuvalu	Santa Lúcia		Maurícias
	Vanuatu	São Cristóvão e Nevis		Mauritânia
	Vietname	São Vicente e Granadinas		Moçambique
	<i>(28 países ou áreas)</i>	Suriname		Namíbia
	Ásia do Sul	Trindade e Tobago		Níger
	Afeganistão	Uruguai		Nigéria
	Bangladeche	Venezuela		Quênia
	Butão	<i>(33 países e áreas)</i>		República Centro-Africana
	Índia			Ruanda
	Irão			São Tomé e Príncipe
	Maldivas			Senegal
	Nepal			Serra Leoa
	Paquistão			Seychelles
	Sri Lanka			Suazilândia
	<i>(9 países e áreas)</i>			Tanzânia
				Togo
				Uganda
				Zâmbia
				Zimbabué
				<i>(45 países ou áreas)</i>

ÍNDICE DE INDICADORES

Indicador	Quadro de indicadores
A	
Água, fonte melhorada	
população sem acesso sustentável	3
população com acesso sustentável	7, 33
Agricultura doméstica, apoio dos países da OCDE	17
Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) desembolsada, líquida em % do RNB	16
per capita do país doador	16
para serviços básicos	16
aos países menos desenvolvidos	16
total	16
bilateral não ligada	16
Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos)	
em % do PIB	18
per capita	18
total	18
Alfabetização de adultos, taxa	1, 11, 33
feminina	24, 26
feminina em % da masculina	26
masculina	25
Alfabetização de jovens, taxa	11
feminina	26
feminina em % da masculina	26
Altura deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos	7
Analfabetismo de adultos, taxa	3
Analfabetismo funcional, pessoas	4
Armas convencionais, transferências	
exportações	
quota	22
total	22
importações, total	22
C	
Ciências, matemática e engenharia, estudantes do superior em	11
Comércio	
bens importados pelos países desenvolvidos	
com origem nos países em desenvolvimento	
parcela das importações totais	17
total	17
com origem nos países menos desenvolvidos	
parcela das importações totais	17
total	17
barreiras tarifárias, média e equivalentes não tarifários	17
termos de troca	15
Consumo de combustível, tradicional	21
Contraceptivos, prevalência	6
Crianças que atingem o 5.º ano	11
Criminalidade, pessoas vitimadas	
assalto	23
suborno (corrupção)	23
crimes de propriedade	23
roubo	23
assalto sexual	23
criminalidade total	23

Indicador	Quadro de indicadores
D	
Desemprego	20
Desemprego, longo prazo	4
feminino	20
masculino	20
Desemprego, taxa	20
média anual	20
feminino em % do masculino	20
jovem	20
feminino em % da masculino	20
Direitos fundamentais do trabalho, estatuto das convenções	31
Dívida, alívio	
compromissos bilaterais com o <i>trust fund</i> PPAAE	17
perdão da dívida bruta bilateral	17
Dívida, serviço total	
em % das exportações de bens e serviços	18
em % do PIB	18
E	
Educação, despesa pública	
em % do PIB	10, 19
em % da despesa pública total	10
pré-primária e primária	10
secundária	10
superior	10
Educação, índice	1
Electricidade, consumo per capita	21
Emissões de dióxido de carbono	
per capita	21
parte do total mundial	21
Emprego feminino por actividade económica	
agricultura	
total	27
em % da taxa masculina	27
indústria	
total	27
em % da taxa masculina	27
serviços	
total	27
em % da taxa masculina	27
Energia utilizada, PIB por unidade	21
Escolarização, taxa bruta	
combinada primário, secundário e superior	1, 33
feminina	24
masculina	24
superior	
taxa feminina	26
rácio feminino/masculino	26
Escolarização, taxa líquida	
primária	11, 13
taxa feminina	26
rácio feminino/masculino	26
secundária	11
taxa feminina	26
rácio feminino/masculino	26

ÍNDICE DE INDICADORES

Indicador	Quadro de indicadores
Esperança de vida, índice	1
Esperança de vida à nascença	1, 9, 33
feminina	24
masculina	24
Exportações	
alta tecnologia	15
de bens e serviços	15
produtos manufacturados	15
produtos primários	15

F

Fertilidade total, taxa	5, 33
Fluxos privados, outros	18
Forças armadas	
índice	22
total	22
Fumadores, prevalência	
homens	8
mulheres	8

H

Hiato da pobreza, rácio	ODM 1
HIV, prevalência	8, 33

I

Importações de bens e serviços	15
Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)	24, 32
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	1
tendências	2, 32
Índice de pobreza humana (IPH-1)	
para países em desenvolvimento	3, 22
Índice de pobreza humana (IPH-2)	
para países da OCDE seleccionados	4, 32
Índice de preços no consumidor, variação média anual	13
Instalações sanitárias melhoradas, população com acesso	7
Instrumentos internacionais de direitos humanos, estatuto dos principais	30
Insuficiência de peso, crianças nascidas com	7
Internet, utilizadores	12
Investigação e desenvolvimento (I&D)	
despesas	12
investigadores	12
Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos	18

M

Malária	
casos	8
prevenção, crianças menores de cinco com mosquiteiros tratados com insecticida	8
tratamento, crianças menores de cinco com febre tratada com medicamentos antimaláricos	8
Medicamentos essenciais a preço comportável, população com acesso sustentável	6

Indicador	Quadro de indicadores
Médicos	6
Medida de participação segundo o género (MPG)	25, 32
Militar, despesa	19
Mortalidade de menores de cinco anos, taxa	9, 33
Mortalidade infantil, taxa	9
Mortalidade materna, taxa	
ajustada	9
declarada	9

P

Participação económica das mulheres	
legisladoras, funcionárias superiores e gestoras	25
trabalhadores especializadas e técnicas	25
Participação política das mulheres	
legisladoras, funcionárias superiores e gestoras	25
assentos no parlamento ocupados por mulheres	25
câmara baixa ou única	29
câmara alta ou senado	29
mulheres no governo ao nível ministerial	29
ano da primeira mulher eleita ou nomeada para o parlamento	29
ano em que as mulheres receberam o direito de se candidatar às eleições	29
ano em que as mulheres receberam o direito de votar	3,29
Partos assistidos por técnicos de saúde	6
Patentes concedidas aos residentes	12
Peso deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos	3, 7
Pessoas desempregadas	17
Pessoas deslocadas internamente	22
Pessoas subalimentadas	7, 33
PIB, índice	1
PIB per capita	
taxa de crescimento anual	13
em dólares EUA	13
em dólares PPC	1, 13, 33
valor mais elevado em 1975-2002	13
ano do valor mais elevado	13
PIB, total	
em milhares de milhões de dólares PPC	13
em milhares de milhões de dólares EUA	13
População	
com 65 anos e mais	5
taxa de crescimento anual	5
total	5, 33
com menos de 15 anos	5
urbana	5
Preservativos, taxa de utilização, última relação sexual de risco	8

R

Refugiados	
por país de asilo	22
por país de origem	22
Rendimento auferido, estimado	
feminino	24
masculino	24
rácio feminino/masculino	25

ÍNDICE DE INDICADORES

Indicador	Quadro de indicadores	Indicador	Quadro de indicadores
Rendimento ou consumo, parcela		índice	27
10% mais pobres	14	Telefones, linhas principais	12
20% mais pobres	14	Telemóveis, assinantes	12
10% mais ricos	14	Tempo de trabalho	
20% mais ricos	14	homens	
Rendimento, medidas de desigualdade		actividades de mercado	28
índice de Gini	14	actividades não mercantis	28
rácio do rendimento, 10% mais ricos para 10% mais pobres	14	total	28
rácio do rendimento, 20% mais ricos para 20% mais pobres	14	total	
Rendimento, privação		actividades de mercado	28
população que vive com menos de 1 dólar por dia	3	actividades não mercantis	28
população que vive com menos de 2 dólares por dia	3	mulheres	
população que vive com menos de 4 dólares por dia	4	em % dos homens	28
população que vive com menos de 11 dólares por dia	4	actividades de mercado	28
população que vive com menos de 50%		actividades não mercantis	28
da mediana do rendimento	4	total	28
população que vive abaixo da linha de pobreza nacional	3	Terapia de reidratação oral, taxa de utilização	6
Royalties e direitos de licenças, receitas	12	Termos de troca	14
		Trabalhadores familiares, contribuição	
S		feminino	27
Saúde, despesa		masculino	27
per capita	6	Tratados ambientais, ratificação	21
privada	6	Tuberculose, casos	
pública	6, 19	casos curados com TDOB	8
Sobrevivência		casos detectados com TDOB	8
probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos	3	por 100.000 pessoas	8
probabilidade à nascença de não viver até as 60 anos	4		
probabilidade à nascença de viver até as 65 anos		V	
feminino	9	Vacinação, crianças de um ano	
masculino	9	contra o sarampo	6
		contra a tuberculose	6
T			
Taxa de actividade económica feminina	27		
em % da taxa masculina	27		